



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA DE 29 DE ABRIL DE 2016

----- No dia vinte e nove do mês de abril do ano de dois mil e dezasseis reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Lousada. A Mesa foi constituída pelo presidente da Assembleia Jorge Magalhães e secretariada por Maria de Lurdes Castro e Mário Sérgio Cunha com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1 - Apreciação da informação escrita do presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município;-----
- 2 - Documentos de Prestação de Contas do ano de 2015; -----
- 3 - Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais; --
- 4 - Lousada Séc. XXI – Relatório de Execução Orçamental e Financeira 2015; -----
- 5 - Lousada Séc. XXI – Instrumentos de Prestação de Contas.-----

----- Com a sessão marcada para as vinte e uma horas, não havendo quórum, procedeu-se à chamada às vinte e uma horas e trinta minutos tendo respondido à chamada: Sandra Maria Ferreira Teixeira, Maria de Lurdes Oliveira e Castro, Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto em substituição de Cristóvão Simão Oliveira de Ribeiro, João Amadeu Mesquita Baptista Ferro, Fátima Marisa da Silva Pereira, João Carlos Pinto Correia, Virginia Luzia dos Santos Monteiro em substituição de João Pedro Bessa Pacheco Leite de Carvalho, Filipa Maria de Jesus Dias Ventuzelos em substituição de Sónia Cristina Lourenço Ribeiro, Mário Sérgio Teixeira da Cunha, Pedro Teixeira Mendes em substituição de Manuel Campos Sousa Neto, Nelson Ângelo Coelho Oliveira, Cidália de Lurdes Pereira Neto, Ricardo Filipe de Moura Ribeiro, António Filipe Cardoso Barbosa, Alberto Oliveira em substituição de José Bernardino Pinto Nogueira, José Manuel Teixeira Gonçalves, António Esteves, Ana Sofia Martins Bessa, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Armando Jorge Mota Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Lodares, Carlos Pedro Teixeira Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, José Martins Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, Adrião Paulo de Sousa Mendes presidente da Junta de Freguesia de Sousela, Alcides Filipe Correia Ribeiro em representação de Elisa Maria Ferreira Cardoso Rosa Mesquita Pinto, presidente da Junta de Freguesia do Torno, António Fernando Morais da Silva, Eduardo António Sousa e Castro Taveira, presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida), Eduardo Augusto Vilar Barbosa, presidente da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Junta de Freguesia de Cristelos, Boim e Ordem, João Fernando Pinto Magalhães, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas, e Jorge Manuel Fernandes Malheiro de Magalhães, num total de vinte e nove membros. Estiveram também presentes o senhor presidente da Câmara Pedro Machado e os senhores vereadores Manuel António Nunes, Agostinho Gaspar Ribeiro, Cristina Maria Moreira, Maria Cândida Novais e António Augusto Silva.-----

----- O presidente da Mesa declarou aberta a sessão -----

----- PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- Eram vinte e uma horas e trinta e quatro minutos quando deu entrada na Assembleia os seguintes membros: Sandra Maria Leonor Pereira da Silva e Fausto Manuel da Costa Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares Pias Nogueira e Alvarenga. -----

----- O presidente da Mesa começou por informar que Pedro Teixeira Mendes substituiu o membro Manuel Campos Sousa Neto que comunicou uma ausência por trinta dias, uma vez que o elemento imediatamente a seguir na ordem da lista Ana Rita Costa Neto, não se encontrava disponível, Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto substituiu o membro Cristóvão Simão Oliveira de Ribeiro que comunicou uma ausência por trinta dias, Virginia Luzia dos Santos Monteiro substituiu o membro João Pedro Leite de Carvalho que comunicou uma ausência por trinta dias, uma vez que o elemento imediatamente a seguir na ordem da lista Ricardo Jorge Ribeiro de Sousa Oliveira não se encontrava disponível, Alberto Oliveira substituiu o membro José Bernardino Pinto Nogueira, que comunicou uma ausência por cinco dias, Filipa Maria de Jesus Dias Ventuzelos substituiu o membro Sónia Cristina Ribeiro, que comunicou uma ausência por um dia e Alcides Filipe Correia Ribeiro em representação de Elisa Maria Ferreira Cardoso Rosa Mesquita Pinto, presidente da Junta de Freguesia do Torno. -

----- Justificou falta à sessão de dezanove de fevereiro de dois mil e dezasseis o seguinte membro: António Fernando Morais da Silva, presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém. -----

----- De seguida foi posta à discussão a ata da sessão ordinária de dezanove de fevereiro de dois mil e dezasseis. -----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Assembleia, passou-se à votação da ata da sessão de dezanove de fevereiro de dois mil e dezasseis, que foi aprovada por trinta votos a favor e uma abstenção do seguinte membro: José Manuel Teixeira Gonçalves. -----

----- Seguiu-se o Período de Intervenção dos Grupos Municipais -----

----- Intervenção da Sr^a. Ana Sofia Bessa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal, excelentíssimos senhores e senhoras vereadoras, estimados deputados, caro público. Senhor presidente, começo a minha intervenção questionando-o relativamente à atribuição das bolsas de estudo. Primeiro, gostaria que esclarecesse o porquê de só agora, a dois meses do final do ano letivo, terem sido abertas as candidaturas para as bolsas referentes a dois mil e quinze/dois mil e dezasseis? Segundo, por que motivo, estando nós no final do mês de abril, ainda não foram pagas as bolsas relativas a dois mil e catorze/dois mil e quinze? Não acha que a não efetuar o pagamento das referidas bolsas atempadamente está a pôr em causa a continuidade dos estudos de jovens beneficiários das mesmas? Não seria benéfico que a candidatura ocorresse no início do ano letivo, permitindo assim que os alunos pudessem usufruir delas nesse mesmo ano? Um outro ponto sobre o qual eu gostaria de o questionar prende-se com o festival da juventude. Como sabe, a coligação “Lousada Viva” foi crítica relativamente à realização do Festival da Juventude, no ano passado, no âmbito do orçamento participativo jovem, dado não ter sido uma proposta inovadora. E, uma vez mais, o tempo veio dar-nos razão, está a decorrer um concurso para a realização do mesmo festival. Por que motivo retiraram do domínio privado um festival que tinha provas dadas de ser um sucesso, para, um ano passado dessa decisão, proporem o mesmo festival nos moldes do que já era organizado? Será viável a realização de um concurso com término a dois de maio, para a realização do festival que poderá decorrer entre os dias quinze de junho e quinze de julho, ou seja, num espaço temporal de pouco mais de dois meses? Há alguma justificação validada para que o concurso seja válido por dois anos? Acha razoável que alguém possa garantir um cartaz completo, tendo em conta os custos inerentes à pré-reserva de datas com os artistas, sem ter a garantia de ganhar o mesmo concurso? Caso não haja nenhuma proposta válida como pensa solucionar o tema “Festival da Juventude”?» -----

----- Eram vinte e uma horas e trinta e oito minutos quando deu entrada na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Assembleia o seguinte membro: Alberto Carlos Bessa de Sousa presidente da Junta de Freguesia de Macieira. -----

----- Eram vinte e uma horas e trinta e nove minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: José Oliveira Nunes presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais -----

----- Intervenção da Sra. Cidália Neto do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente da Assembleia e restante Mesa, senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, caros deputados, público aqui presente. Senhor presidente quero já poupá-lo ao argumento de que alguém me escreveu o discurso porque não trouxe discurso escrito hoje, trouxe só alguns tópicos. Há algumas semanas li uma entrevista do senhor presidente, onde abordava algumas questões relativas ao serviço de água e saneamento, vi que teve necessidade de clarificar algumas questões que porventura não estariam bem claras, e fê-lo, e bem, ficamos a perceber melhor algumas questões relacionadas com a questão da água utilizada para rega a separação das redes. No entanto, houve uma questão que o senhor não esclareceu e que eu gostava que se pronunciasse sobre ela, porque muitos lousadenses têm-me interrogado sobre isso, e eu própria também considero uma injustiça, e diz respeito à questão das pessoas que não ligam a água e saneamento. Se é obrigatório porque é que essas pessoas não o estão a fazer? E o que é que a Câmara pretende fazer, se é que pretende fazer alguma coisa para corrigir esta situação? Porque se todos ligassem, estou em crer que provavelmente não seria necessário praticar tarifas tão elevadas e alguns ajustes que foram feitos que ultimamente não incentivam as pessoas a efetuarem a ligação. Pelo contrário, são dissuasoras, porque de facto o que as pessoas veem é que uns não ligam e não pagam e outros porque ligaram e cumpriram, pagam. Eu queria saber se está de acordo com esta situação, e se não está, o que é que pretende fazer? Na verdade a correção de algumas situações poderia fazer repensar o valor das tarifas. Pedia que não me falassem em comparação com outros concelhos porque Lousada merece mais que uma simples comparação. Depois outro assunto que eu gostaria de trazer também aqui a esta Assembleia diz respeito a um acontecimento desportivo de grande importância, que irá ter lugar proximamente, o Rally de Portugal. Penso que é uma iniciativa importante para o concelho, como aliás são todas as iniciativas desportivas, especialmente as de desporto automóvel que têm grande tradição cá em Lousada. Julgo até, tenho refletido sobre o assunto e tenho persuadido que de facto a imagem de marca deste concelho



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

passa pelo desporto automóvel. Fazem-se muitas iniciativas durante o ano, festivais, são todas louváveis e considero todas importantes para o concelho, mas muitas das vezes andamos a empolar os números de determinadas atividades, o que na minha ótica não seria necessário, porque independentemente do número de participantes há atividades que merecem por si só a sua realização. Portanto não seria necessário isso. No entanto, há atividades que não precisam que empolemos os números, porque de facto os números falam por si só e não precisamos de andar a empolá-los. E realmente as provas de automóvel é inquestionável que trazem cá muita gente. Eu gostaria de saber senhor presidente se realmente há uma estratégia à volta dessa questão do desporto automóvel? O desporto automóvel é para mim uma das marcas distintivas “Lousada”, se a autarquia está a olhar verdadeiramente para este assunto? A questão da pista também é uma questão relevante, até porque muitas das provas internacionais poderiam ser eventualmente realizadas cá em Lousada e fogem-nos, por exemplo, para Montalegre que tem condições para a realização de provas de âmbito internacional. Portanto eu queria que me dissesse o que é que está a ser feito, se está a ser feito alguma coisa, a questão da pista também, que em tempos, falou-se, eventualmente ainda no tempo do Dr. Jorge Magalhães de terrenos disponíveis para este efeito e eu queria saber em que ponto é que está esta situação.» -----

----- Intervenção da Sra. Sandra Silva do Grupo Municipal “Lousada Viva”
- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente da Assembleia Municipal, senhores secretários, senhor presidente da Câmara Municipal, senhores vereadores, senhores deputados da Assembleia Municipal, estimado público e senhores representantes da comunicação social. Senhor presidente da Assembleia Municipal e senhor presidente da Câmara em primeiro lugar, venho informar que esta Assembleia não se encontra representada no Conselho da Comunidade do ACES Tamega III Vale do Sousa Norte, uma vez que deixei de ser convocada para as reuniões. Já enviei diversos e-mails, quer para o ACES quer para a excelentíssima senhora vereadora do pelouro da saúde e não obtive qualquer resposta ou resolução da situação. E garanto-vos que não é um problema do e-mail, uma vez que tenho tido a gentileza de receber felicitações natalícias quer por parte do ACES, quer desta autarquia. Relembro a esta Assembleia que o Conselho de Comunidade do ACES é um órgão de extrema importância para se debater os problemas na área da saúde deste concelho. Espero, sinceramente, que esta situação seja reposta o mais breve possível. E é no âmbito da saúde que pergunto ao senhor presidente da Câmara se tem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

conhecimento que nos últimos meses a extensão de saúde de Meinedo tem vindo a perder utentes para as outras unidades de saúde da região, nomeadamente para Caíde e para Lousada. A coligação “Lousada Viva” e inclusive o Bloco de Esquerda, já interpelou o governo através do ministério da saúde, estão preocupados com esta situação. Senhor presidente tem conhecimento se os direitos dos utentes previstos na lei quinze barra dois mil e catorze de vinte e um de março, estão a ser assegurados ou se estas transferências estão a ser uma imposição? O senhor presidente tem presente qual é o número de utentes inscritos atualmente na extensão de saúde de Meinedo, comparativamente ao ano transato? Senhor presidente tendo em conta que Meinedo tem cerca de quatro mil habitantes, qual é atualmente o quadro de pessoal desta unidade de saúde? O número de médicos, enfermeiros e assistentes operacionais desta unidade de saúde é o necessário para garantir que os cuidados de saúde de proximidade aos utentes estejam assegurados? Muitos deles, relembro, são idosos e com dificuldades de locomoção. Senhor presidente está em condições de responder se há intenção por parte da ARS, bem como pelo conselho clínico do ACES, de encerrar a extensão de saúde de Meinedo? O coordenador nacional da reforma da saúde nomeado pelo governo informou que os centros de saúde são para encerrar e que os cuidados de saúde serão efetuados pelas unidades de saúde familiar. Senhor presidente concorda com esta posição? Sabe quantos utentes precisa a extensão de Meinedo para passar a unidade de saúde familiar? E se possível pode elucidar a assistência, se isso implicaria um reforço de meios técnicos e humanos alguns dos quais com custos acrescidos para os cofres desta autarquia? Senhor presidente como sei que é uma pessoa atenta aos problemas do concelho, certamente que esta situação não lhe é de todo desconhecida, pergunto, quais as diligências que foram exercidas pelo seu executivo camarário para repor os utentes na extensão de saúde de Meinedo, que estão a ser transferidos, sem consentimento, a fim de evitar o encerramento desta unidade de saúde?» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor presidente da Assembleia e restante Mesa, senhor presidente de Câmara e senhores vereadores, caros colegas, público e comunicação social aqui presente. Esta primeira volta por parte da coligação foi mais interpelação ao presidente de Câmara do que para poder dar aqui algumas achegas a este lado. Ainda assim e relativamente à questão suscitada pela deputada Cidália Neto e a obrigatoriedade da ligação à rede pública. Eu julgo que aquilo que a autarquia está a fazer é o mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

adequado, que é uma estratégia de sensibilização, todos sabemos que é obrigatório. Mas há aqui duas opções e julgo eu, caberá ao senhor presidente responder, mas uma das situações é sensibilizar para que cada vez mais pessoas façam a ligação, ou então, aplicar contra ordenações entre os três mil setecentos e quarenta euros para pessoas singulares ou por volta dos quarenta e quatro mil euros para pessoas coletivas.» -----

----- Intervenção do Sr. António Esteves do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor Presidente da Assembleia Municipal, excelentíssima Mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal e respetivos vereadores e vereadoras, excelentíssimos membros da Assembleia Municipal, estimado público e comunicação social. Comemorou-se na passada segunda-feira mais um aniversário da Revolução dos Cravos. Após quarenta e dois anos do derrube de um regime fascista, autoritário e promotor da fome, do analfabetismo, da censura, ignorância e guerra, junto do povo português, esta data merece sem sombra de dúvidas ser recordada e lembrada a todos aqueles que nunca passaram por tamanha época negra na história do nosso país. Além das comemorações dos quarenta e dois anos da revolução, comemorou-se também os quarenta anos da Constituição da República Portuguesa e do Poder Local. Com a realização das primeiras eleições livres, Portugal caminhou num sentido que nos abriu as portas à democracia de um verdadeiro Estado de Direito onde todos têm lugar, onde todas as opiniões são válidas e onde todos os votos contam. A par disso, implementou-se a Constituição da República, um documento fundamental para o povo e o garante das leis, liberdades e garantias de Portugal. Várias celebrações foram feitas um pouco por todo o país mas cumpre-nos também reconhecer o valor das celebrações realizadas na Assembleia da República onde os Capitães de Abril marcaram presença após anos de interregno e, acima de tudo, pela clarividência do discurso do Presidente da República, professor Marcelo Rebelo de Sousa. Divergências políticas todos poderemos ter, mas da mesma forma que criticávamos no passado o estilo amorfo e até sectário do anterior Presidente da República, denotamos até à data uma nova forma de estar na presidência por parte do detentor do mais alto cargo do nosso país. As palavras de Marcelo Rebelo de Sousa ao recordar, a todos, que é uma conquista tremenda as atuais gerações não saberem “o que é ditadura, censura, elevadíssima mortalidade infantil e a escolaridade obrigatória não totalmente cumprida de seis anos”, eleva o sentido crítico que é necessário manter ao longo dos anos, para que nunca ninguém caia na tentação de permitir que esses tempos regressem. À parte de qualquer divergência ideológica, temos que saber elevar o bem comum e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

reconhecer quem preza a união do povo, da mesma forma que naquela noite de 25 de Abril de 1974, bravos militares se dispuseram a acabar com o regime do Estado Novo. Que todos nós sejamos responsáveis por promover e elevar a democracia neste nosso país.» -----

----- Eram vinte e uma horas e cinquenta e dois minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: António Carlos da Cunha Pacheco.-----

----- Intervenção da Sr. Pedro Mendes do Grupo Municipal “Lousada Viva”
- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal e demais Mesa, excelentíssimo senhor presidente da Câmara e demais vereadores, excelentíssimos membros da Assembleia Municipal. Relativamente a esta última intervenção que fala sobre o 25 de Abril, não podia deixar de concordar com a importância desta data para o restabelecimento da democracia de Portugal e para a pluralidade de ideias nas definições do destino do país. Contudo, sendo eu do CDS-PP e sendo eu da direita portuguesa, não podia deixar de aqui falar de outra data e que para mim foi a última data e a data mais importante no restabelecimento da democracia e na pluralidade em Portugal, que é o vinte e cinco de novembro de mil novecentos e setenta e cinco. Foi o vinte e cinco de novembro de mil novecentos e setenta e cinco, que garantiu que Portugal não viraria uma “República Soviética”, não viraria um Estado socialista totalitário, oscilando entre os desígnios do partido comunista, do Pctp-Mrpp ou qualquer outra facção. Foi o vinte e cinco de novembro de mil novecentos e setenta e cinco, onde os três partidos, representados aqui, PS, PSD e CDS foram capazes de instituir a democracia. E enquanto militante de um partido que nasceu debaixo de fogo, cujos congressos e comícios foram atacados, incluindo por membros da esquerda portuguesa e da extrema-esquerda portuguesa, não poderia, de aqui, deixar nesta data, de lembrar para além do 25 de Abril, o vinte e cinco de novembro que foi a data que permitiu, a Portugal, ser uma democracia ocidental, uma democracia de Estado de Direito e onde todos os votos contam, como foi aqui referido.» -----

----- Intervenção da Sra. Cidália Neto do Grupo Municipal “Lousada Viva”
- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Quero só aqui dar uma pequena achega em relação ao que o deputado Nelson Oliveira disse. Se bem percebi, o que nos disse foi que, quando as coimas são altas, a lei não é para cumprir. Foi o que eu percebi. Se há uma contraordenação, as coimas são altas, não é preciso cumprir a lei. Mas eu concordo com a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

sensibilização de que falou, de facto eu sou partidária desse ponto de vista que perante uma infração como esta de facto é preferível a sensibilização, mas há um limite de tempo para a sensibilização. Não vamos ficar dez, vinte anos, a sensibilizar. Portanto há pessoas que estão há anos em condições de fazer ligação e não a fazem. Há um limite para tudo.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Estamos a ficar de acordo em quase tudo. A minha questão era questiona-la sobre isso, saber o seu ponto de vista. E acho que sensibilização acima de tudo, até um determinado limite, obviamente. Quanto à intervenção do deputado Pedro Mendes também concordo. O PS nunca foi um partido de extrema esquerda, eu sou apologista do socialismo democrático. Portanto, obviamente que concordo com as duas datas mas essencialmente prefiro o 25 de Abril porque derrubou o regime completamente fascista. O que viria depois com o vinte e cinco de novembro, caso fosse levado avante algumas intenções, nós felizmente não sabemos.» -----

----- Eram vinte e duas horas e dois minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Adão António Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei. -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Começando pela intervenção da deputada Ana Bessa. As bolsas de dois mil e catorze/dois mil e quinze, o pagamento já está processado, infelizmente não foi pago quando nós queríamos pagar, depois irei falar melhor sobre isso na prestação de contas. Mas nós passamos por um problema muito complicado e ainda continuamos de tesouraria, porque no ano passado tivemos que encerrar o quadro comunitário e tivemos que executar financeiramente todas as candidaturas a cem por cento e tivemos que adiantar cerca de oitocentos mil euros. Neste momento, já recebemos alguma coisa mas ainda temos a receber seiscentos mil euros de fundos comunitários, o que nos causa um problema, tremendo, na nossa tesouraria. E portanto a razão é essa. Reconheço que é uma situação complicada porque as pessoas estão ansiosas por receber essa quantia, mas também é verdade, que não é o valor que a Câmara atribui que resolve a situação dos alunos, é uma ajuda. O valor não é manifestamente suficiente para fazer face aos encargos que os alunos têm. E por outro lado, os alunos também têm o apoio, a ação social do ensino superior. As nossas bolsas são um complemento mas isto não desculpa o atraso, mas justifica de algum modo o porquê de ter sido pago



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

tão tardiamente. Depois as bolsas de dois mil e quinze/ dois mil e dezasseis acabaram também por atrasar por força do atraso das outras. Aliás o outro processo foi contornado, porque pela primeira vez “choveram” reclamações de candidatos a pôr em causa outros candidatos. O júri teve que reunir uma série de vezes, teve que pedir a intervenção dos serviços da ação social para validar melhor os dados. Vamos fazer um esforço agora para recuperar esse atraso relativamente a dois mil e quinze/ dois mil e dezasseis. Relativamente ao Festival da Juventude julgo que a metodologia seguida é a mais correta, criar regras objetivas, a que todas possam concorrer. Admiti já na reunião de Câmara que o ideal é que de facto tivesse havido mais tempo, para que os interessados, pudessem preparar as suas propostas. Não obstante entendemos que isso não será óbice a que apareçam diversas candidaturas. O prazo que referiu de, quinze do seis a quinze do sete, não é um prazo vinculativo, está lá nas regras, é uma prazo indicativo, mas há outras datas que podem ser propostas, se a Câmara entender que são adequadas, estou-me a lembrar por exemplo em setembro, que há pouca coisa, se calhar esta altura até é daquelas em que há mais oferta. Portanto deixamos ao critério depois do promotor de propor outras datas que se parecerem acertadas à Câmara seguramente que estaremos recetivos para as aceitar. A questão dos dois anos. Foi por uma razão muito simples, uma coisa é fazermos um investimento para um ano, com uma perspectiva de retorno de um ano, mesmo ao firmar contratos com artistas e agentes, outra coisa é ter uma perspectiva já de dois anos, dá outro conforto a quem faz a proposta e a quem é contratado, entendemos que poderia ser um contributo importante para aumentar a qualidade do festival. Portanto a razão foi essa. Eu não creio que esse cenário de não haver qualquer proposta se venha a colocar, mas em teoria temos que conceber sempre todas as possibilidades, se porventura isso acontecesse, nem que fosse a Câmara a fazer o festival, transitoriamente, porque não é esse o objetivo. Julgo que este festival faz todo o sentido ser feito pela sociedade civil. Portanto é isso que nós pretendemos e estou convencido que não há de ser necessário a Câmara intervir. Depois relativamente à deputada Cidália Neto e ao serviço de águas e saneamento. Estas obras de água e saneamento, eu costumo dizer que são das mais ingratas para qualquer autarquia. Porque requerem investimentos avultadíssimos que são necessários fazer, ficam escondidos e dão imenso transtorno. As pessoas costumam dizer quando não têm água e saneamento que parecem que vivem num país de terceiro mundo, isto é voz corrente e temos que compreender que de facto há pessoas que têm essa necessidade, muito grande. Depois começa-se a fazer a obra, é uma chatice porque se for de verão é o pó, se for de inverno é a lama, depois são as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

valas que não podem ser tapadas em definitivo de imediato senão depois há abatimentos. Há ali um período sempre muito complicado em que elas ficam tapadas provisoriamente. E depois de tudo rematado, tudo feito, há de facto um interesse efetivo de alguns que ligam, aqueles que estavam com problema para resolver, porque porventura as fossas estavam saturadas e tinham que recorrer com muita frequência aos estancas fossas, e depois há os outros que estão servidos e que vão-se deixando estar. Aí conforme aqui já foi dito há diversas opções, aliás a própria lei diz que é obrigatório a ligação e prevê penalidades para isso. A Câmara Municipal sempre teve uma postura nesta matéria de proatividade no sentido de sensibilizar as pessoas para as mais-valias de aderirem para este serviço de água e saneamento. Infelizmente ainda há muitas pessoas que pensam que a água do poço que é a melhor do mundo, que é muito fresquinha, e a maior parte dessas pessoas nem sequer faz análises regulares à água que consome, o que do ponto de vista da saúde pública é um problema sério. Nós temos feito diversas campanhas nesse sentido de promover a qualidade da água da rede pública. E depois relativamente ao saneamento, a Câmara não tem condescendido nas situações em que está em causa a saúde pública. Por exemplo quando há um problema de salubridade, quando as fossas não estão a funcionar e há queixas de vizinhança ou coisas do género, aí somos implacáveis e obrigamos mesmo as pessoas. Nos outros casos, temos criado condições para que as pessoas se vão sensibilizando, no sentido de irem aderindo voluntariamente, para isso, ao longo dos tempos, fomos tendo essa preocupação de acabar com os obstáculos que havia com a adesão às redes publicas de água e saneamento, estou a falar das tarifas de ligação que antigamente se pagavam, como sabem. Aqui em Lousada nunca atingiu valores como noutros municípios mas ainda assim apesar de ser valores mais acessíveis entendíamos que não deixavam de ser um obstáculo e portanto criamos um mecanismo que permitiu ir reduzindo ao ano vinte por cento até elas se extinguiram. E portanto neste momento a ligação é completamente gratuita, o primeiro ramal. Criamos também como sabem tarifas sociais porque há pessoas que não têm de facto essa possibilidade de fazer face a mais um encargo mensal, criamos tarifas sociais que preveem a isenção da tarifa de disponibilidade. Depois à medida que vamos fazendo essas ações de sensibilização e de pressão nos consumidores, há situações em que nós vamos dando mais prazo, por exemplo quando as pessoas têm de instalar sistemas de bombagem, porque o saneamento não consegue resolver o problema de todas as casas graviticamente porque nem todas estão à mesma cota. Em algumas situações há necessidade de instalar bombas e não somos insensíveis a isso,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

o investimento que algumas pessoas têm de fazer. Portanto nesse pressuposto, se depois de feita uma verificação chegarmos á conclusão de que não há problemas de salubridade, vamos dando mais tempo para as pessoas resolverem esse problema. Assim como naqueles casos em que as obras interiores implicam grandes investimentos como por exemplo partir os logradouros que estão todos arranjadinhos com granitos ou com mármore. De facto há situações que implicam um investimento dentro de portas grande. Portanto é uma questão que tem sido gerida com sensibilidade, mas sempre com esta preocupação porque temos a noção de que são investimentos demasiado avultados para estarem inoperacionais, como é óbvio. Faz sentido a Câmara afetar uma parte tão significativa do seu orçamento a este setor, se depois as pessoas aderirem, para nós isso de facto é prioritário, é uma preocupação muito grande. Agora nunca andamos a perseguir as pessoas e a castigá-las, a levantar autos e contraordenações, a não ser naqueles casos graves conforme referi de saúde pública. Nos outros, temos optado pela sensibilização e pela pressão. E tem resultado, porque ano a ano vamos aumentando significativamente o número de consumidores. Eu revejo-me mais nessa posição, podíamos ir mais longe como foram outros municípios, aqui bem perto até, em que decidiram que a partir do momento em que o prédio está servido ou tem o ramal à porta, a pessoa quer ligue, quer não ligue, começa a pagar a tarifa de disponibilidade, há municípios que fizeram isso. Nós entendemos que não, que não deveríamos fazer, a tarifa de disponibilidade que nós aplicamos é só para quem efetivamente contratou o serviço com a Câmara municipal. Relativamente à injustiça que referiu aos que ligarem e aos que não ligaram. Quem não ligou também não beneficia do serviço não é propriamente uma injustiça. Naturalmente que, mesmo do ponto de vista económico, quem liga se é certo que começa a pagar aquela conta todos os meses, também tem benefícios, porque deixa de pagar energia para captar água, e as bombas, são dos aparelhos que mais energia consomem, é um dos conselhos que nós damos às pessoas para as convencer, também, a ligar à rede pública de água. E por outro lado o saneamento, como sabem quem tem a sua fossa e a precisa de despejar não pode despejá-la em qualquer sítio tem de ser numa etar e por um operador devidamente licenciado. Porque se porventura alguém for apanhado a fazer esse serviço e a despejar por exemplo para os campos, eu diria que está desgraçado para a sua vida, é uma contraordenação ambiental grave em que atinge valores de muitos milhares de euros. Relativamente ao Rally de Portugal. Eu acho que a deputada Cidália Neto já deve ter percebido há muito tempo que para este executivo o desporto automóvel é estratégico. Foi com base nessa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

importância estratégica que nós atribuímos ao Rally de Portugal que lutamos para que o Rally de Portugal regressasse aqui a Lousada e temos a garantia que enquanto ele estiver aqui no Norte há de estar em Lousada. A questão da pista é um assunto que está a ser trabalhado, não queria adiantar muito mais do que isso, assim como outras provas. E portanto entendemos que há aqui uma marca identitária entre Lousada e o desporto automóvel que nós queremos aprofundar queremos potencializar e portanto eu espero que a médio/longo prazo haja boas novidades para os aficionados desta modalidade e para todos os lousadenses uma vez que as mais-valias deste desporto são transversais a todo o concelho. Depois relativamente à deputada Sandra Silva, disse que deixou de ser convocada para o Conselho da Comunidade ACES. De facto a informação que a senhora vereadora me deu é que ela procedia a essas convocatórias quando presidia a este órgão. Só que entretanto, não sei há quanto tempo, deixou de presidir. Portanto quem preside agora este órgão é o senhor vereador do pelouro da saúde da Câmara de Felgueiras, é a ele que lhe compete convocar essas reuniões. Eu sugeria que fizesse então chegar essa sua reivindicação legítima ao senhor vereador e pelo que percebi também já deu nota ao diretor do ACES e não recebeu feedback. Não lhe sei responder, porque não é da minha lavra. Relativamente a todas as outras situações que falou, para quem não estiver bem por dentro destes processos, até pode pensar que a Câmara é a entidade que tem competências nesta matéria da saúde. Como sabe as competências que a Câmara tem em matéria de saúde são quase zero. Portanto todas estas situações que referenciou naturalmente que nos preocupam e que nós acompanhamos todas elas, diligenciamos junto de quem tem essa competência, mas não há uma competência direta. E a esse propósito o que eu queria dizer que havia de facto um perigo grande de encerramento da unidade de saúde de Meinedo, antes de se ter feito aquele investimento, que foi feito julgo eu que sabem pelo governo do partido socialista que antecedeu a este. Aí sim, era uma preocupação grande da Câmara Municipal, da Junta de Freguesia, porque havia ali uma pressão, uma necessidade da paróquia de ter aquele espaço disponível, por um lado, por outro lado o espaço que estava afeto ao centro de saúde não oferecia as mínimas condições para o efeito. E portanto nós temíamos muito, naquela altura, que mais dia, menos dia, aquilo acabasse por encerrar. Portanto não descansamos enquanto junto da tutela não conseguimos criar condições para arranjar ali uma solução, que na altura até foi criticada por alguns, porque não percebiam como é que ia ser possível construir o centro de saúde naquele terreno, o certo é que foi e a solução acabou por funcionar. Eu diria mais, não vejo este governo, não vejo o partido socialista a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

encerrar serviços públicos, isso aconteceu noutros governos de outros partidos, sinceramente não acredito. Por outro lado, tenho a garantia absoluta da ARS que nunca foi essa ideia, aliás quando a coligação fez aquela visita e depois aquela notícia para a comunicação social, na minha modesta opinião, não devia ter feito, sem previamente receber a resposta da ARS. A ARS sei que respondeu depois dessa notícia e na minha opinião criaram ali um alarme social sem qualquer necessidade, porque nunca esteve em causa o esvaziar do posto de saúde, tendo em vista o seu encerramento. O que defende a ARS e naturalmente o governo, pelas informações que eu tenho, é justamente o contrário, é apostar no reforço da qualidade dos serviços médicos, por isso é que já lá foi criada recentemente uma unidade de cuidados à comunidade, que é uma valência importante para aquela extensão de saúde. O problema que foi ali gerado podia ter sido evitado se tivesse sido gerido com outra sensibilidade e estamos de acordo. Mas a explicação que me deram e que eu percebi, havia uma médica que estava oficialmente em dois locais e pelos vistos isso não pode ser, só pode estar afeta a um local, mas há a garantia de que se nós conseguirmos ter o número suficiente de utentes inscritos em Meinedo para termos lá mais um médico, isso é perfeitamente viável. Agora temos é de convencer os utentes que entretanto, porque este processo não é só de agora, já há muito tempo que outros utentes vieram para Lousada e para outros locais, temos de convencer esses utentes de regressar para Meinedo, se criarmos essas condições para termos utentes suficientes para o médico de família, há essa garantia. Já agora queria adiantar que está previsto também no âmbito das presidências abertas temáticas que estou a levar a cabo, de fazer na área da saúde, vou visitar com o senhor presidente da ARS todos os centros de saúde, para também dar esse conforto aos profissionais de saúde. Conforme disse, há também e tenho conhecimento disso dificuldades a esse nível da mão-de-obra, sobretudo dos assistentes clínicos, mas isso não é um problema de agora, e não vos vi tão aflitos no anterior governo, para resolver esse problema. Não quero com isto desconsiderar a importância, porque é um problema grave que existe, para o qual, também tenho sensibilizado as estruturas da saúde. Portanto vou continuar a exercer essa pressão para que haja esse reforço.» -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- PRIMEIRO PONTO: Apreciação da informação escrita do presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Intervenção da Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssimo presidente da Assembleia, restantes membros, excelentíssimo presidente da Câmara Municipal, excelentíssimas vereadoras, excelentíssimos vereadores, caros membros desta Assembleia. Eu na última vez comecei por dizer que esta intervenção deveria ser um exercício de escrita criativa, hoje não sei muito bem, até porque o que acabou de ser aqui dito, quase que reforça aquilo que elenquei na última Assembleia. A começar por uma coisa que nunca ouvimos da boca deste executivo e que ouvimos hoje de forma clara e inequívoca, aliás o que ouvimos foi sempre o contrário disto, era que o Município sempre respirou uma saúde financeira invejável, e hoje, parece que embora por motivos aparentemente justificáveis, passou por momentos difíceis de tesouraria. O que provavelmente também justifica muitas das críticas que já aqui foram apresentadas, por falta de execução de muitas coisas que estavam prometidas e que mais adiante elencaremos. E a questão do saneamento que aqui foi referida, o primeiro ponto da intervenção do senhor presidente da Câmara. Eu concordo e a coligação concorda em absoluto e a Cidália acho que foi clara, na questão da sensibilização para as ligações e também concordamos todos que a questão da água e do saneamento é uma questão de saúde pública. Aliás já era no século dezanove quando muitas cidades começaram a ter preocupações com o abastecimento de água e com o saneamento das cidades. Mas pelos vistos nós continuamos a elencar aqui um conjunto de obras de água e saneamento sem nunca percebermos muito bem onde é que essas obras foram realizadas, é sempre, “estão a ser feitas”, “estão a ser feitas”. Já na última Assembleia perguntamos qual era a taxa de execução e continuamos sem perceber, neste momento, qual é a taxa de execução e muito menos continuamos sem perceber quando estará prevista a conclusão de todas estas obras. Depois há um elencar de atividades e de projetos, conjunto de festas, todas elas legítimas válidas mas há muito tempo e já aqui foi dito várias vezes, que nos levantam uma questão, quando nós olhamos para isto ficamos com uma dificuldade, uma dificuldade grave em destrinçar aquilo que é iniciativa da Câmara exclusivamente e aquilo que é iniciativa de privados que a Câmara apropria pelo simples facto de divulgar ou dar um apoio meramente residual. E nestas atividades todas, parece-me que há aqui algumas que legitimamente nos poderão levantar esta questão de não percebermos, mais ainda, se nós pegarmos na questão que foi levanta pela deputada Ana Sofia Bessa que é o Festival da Juventude, que é um exemplo claro de algo que funcionava, passou a funcionar num modelo diferente, que nós criticamos aqui abertamente, e agora funciona no modelo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

hibrido, que é, nós fazemos sem fazer. E então se correr bem, é nosso, se correr mal, nós não temos culpa. Desculpe senhor presidente houve uma contradição quando respondeu à deputada Sandra Silva sobre a questão da saúde, nós não temos nada a ver com isso, mas afinal, até temos. Porque nós temos de chamar para lá as pessoas, nós até vamos fazer umas presidências abertas temáticas e vamos fazer alguma coisa. Nós até temos contactos com os responsáveis pela saúde. Eu acho claramente que não havendo uma responsabilidade direta e é óbvio que não há uma responsabilidade direta, há como em tudo e nesta questão em particular e como e muito bem reconheceu a seguir, uma responsabilidade que passa pelo município mais do que ninguém, em resolver este assunto ou em pelo menos procurar resolver este assunto. Mas o que mais me interessa nesta intervenção é o último ponto que é a questão das presidências abertas e que agora vão recomeçar com presidências abertas temáticas. E eu queria centrar-me exclusivamente aqui, porque este tema volta a ser apresentado na comunicação, sem que nós, aqui na Assembleia, saibamos verdadeiramente o que é que nos está a ser dito. Houve presidências abertas, e... É que desligados os holofotes da campanha eleitoral deste processo de presidências abertas, ficam algumas dúvidas, algumas questões, aliás, várias questões por responder e são questões concretas. Todos nós percebemos que para o executivo o balanço é muito mais que positivo, aliás para o executivo o balanço é extraordinário. E verdadeiramente é extraordinário porque além da campanha, serviu para que alguns membros do executivo levassem, primeiro, um banho de realidade concreta, da realidade que existe para além do cenário das fotografias. E serviu também para que alguns membros do executivo conhecessem a realidade concreta do concelho e verdadeiramente o concelho. E neste confronto com a realidade, porque houve um confronto concreto com a realidade concreta daquelas pessoas, daquelas comunidades, daquelas associações, daqueles presidentes de Junta, o que é que fica fora dos cenários das fotos. O que fica fora e o que é que saiu daí são questões muito concretas. Eu se me permitirem, para facilitar isto, ia contextualizar com uma visita muito concreta, podia pegar noutra qualquer mas posso pegar na visita à União de Freguesias de Nespereira e Casais. Fez-se uma visita e no final da visita o que é que aconteceu? Fizeram um plano de ação e melhoria? Já resolveram problemas concretos daquela comunidade? Já elencaram com o presidente de Junta assuntos que são prementes de resolver? Mais, no final destas presidências, reúnem com os presidentes de Junta, como os atores principais daquela comunidade, não como companheiros de visita às associações para ficarem nas fotografias.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Mas no final da visita toda reúnem com eles, tomam-nos em consideração para desenvolverem um verdadeiro plano de melhoria para aquelas situações. Nós sabemos que houve as presidências abertas, nós sabemos que visitaram, mas nunca nos foi dito aqui que, no final da presidência aberta nós fizemos este plano de ação e desenvolvemos estas ações concretas, para resolvermos estes problemas concretos que foram identificados. E se houver aqui presidentes de Junta e eu acredito que haja alguns que certamente possam contrariar isto que eu estou a afirmar, tenho a certeza que também haverá muitos e não só sentados daquele lado, que virão aqui dizer que isto que eu afirmo aqui, é uma verdade e é uma verdade que não pode ser contrariada com evidências, pode ser contrariada com palavras, mas com evidências concretas, tenho muitas dúvidas.» -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares Pias Nogueira e Alvarenga: «Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia e restante Mesa, excelentíssimo senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, caros colegas, excelentíssimo público, comunicação social aqui presente. Eu venho cá porque de facto estou admirado efetivamente com a comunicação do senhor presidente da Câmara relativamente às presidências abertas. E estou admirado não é de agora, isto já vem de trás. Presidências abertas acho que fazem os presidentes das Juntas quando em contacto com a população são confrontados com situações muito concretas e depois vão para casa, não dormem de noite ou então vão para uma reunião do executivo ver como é que se vai resolver o problema daquela estrada, o problema daquele saneamento, o problema daquele buraco, o problema daquele sinal, todos os problemas com que somos confrontados no dia-a-dia em que estamos em contacto permanente na rua, ou seja presidências abertas, é auscultar, conhecer, mas progressivamente resolver. E eu fico admirado até relativamente às presidências abertas que foram realizadas na União de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, em primeiro lugar eu dou os parabéns ao senhor presidente e à restante comitiva porque os almoços eram espetaculares. De facto foram momentos muito bem passados, de facto o almoço que o senhor presidente da Câmara, ofereceu, pelo menos a mim enquanto presidente da Junta, que fui convidado para acompanhar a comitiva, de facto foi muito agradável. E portanto dessa parte dou nota disso como muito positivo. Relativamente ao resto e sobretudo relativamente à organização da visita, eu lamento. E lamento duas coisas muito significativas. Na primeira visita que tivemos a Alvarenga, foi a primeira que foi feita, o chefe de gabinete do senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

presidente da Câmara, mandou-me a agenda, e na agenda constava, logo na primeira hora da manhã, reunião com o executivo da Junta. Sim senhora muito bem, muito agradado, reunimos efetivamente, eu e o representante de Alvarenga do meu executivo com o senhor presidente da Câmara e o restante executivo que em peso compareceu. Apresentamos-lhe um conjunto de propostas, um conjunto de problemas daquela freguesia e, nada. Na segunda visita não foi agendada nenhuma reunião com o executivo da Junta. Foi-nos dito apenas talvez na hora do almoço tivéssemos algum tempo para falar no assunto. Na terceira nem sequer na hora do almoço. E na quarta muito menos isso. O que é facto é que eu em todas as visitas tive o trabalho de enviar em ofício, um e-mail ao senhor presidente da Câmara a dizer e a relatar tudo o que se passou na visita, dando conta de efetivos problemas que a união de freguesias ou aquela freguesia em concreto tinham e precisavam de ser resolvidos. Mais, não só daquilo que me parecia enquanto presidente da Junta, mas inclusive de alguns problemas que foram detetados em escolas em que o senhor presidente da Câmara foi ouvindo os professores, foi ouvindo funcionários e até alguns empresários. Portanto fiz o trabalho de casa de certa maneira que correspondia se calhar ao seu chefe de gabinete fazer. De facto nem uma resposta, nada, nada acima de nada sobre este assunto. Eu pergunto então para que é que servem as presidências abertas? Para nós almoçarmos? Lá para isso até nada mal. Para visitar algumas empresas? Com certeza alguns empresários ainda me perguntam mas afinal o que é que foi feito... afinal o que é que eu tenho de fazer? A criação dos postos de trabalho, a disponibilidade da Câmara em resolver problemas em relação aos empresários para criação de postos de trabalho. O que é que está a ser feito? Já passou mais de um ano que medidas é que saíram do executivo relativamente a estas dimensões da criação de postos de trabalhos. Vai-me dizer o senhor presidente da Câmara que as medidas PIM ou PIMA que se faz relativamente à situação de promover alguns benefícios fiscais para as empresas talvez seja a solução, não sei, parece-me muito pouco. Relativamente às questões das Juntas, às questões de facto que foram colocadas por exemplo relativamente às escolas, continuamos sem resposta há mais de um ano. Eu aqui queria e numa reunião que tivemos recentemente com o senhor presidente da Câmara, sobre uma escola em concreto, queria que o senhor presidente da Câmara aqui dissesse algumas palavras sobre o assunto, que é sobre a escola da Boavista e que fosse claro. Como eu lhe pedi que fosse claro na última reunião que tivemos. A escola da Boavista tem mais de duzentos e cinquenta alunos, tem oito salas de aula completas, tem uma sala de professores que foi convertida



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

apressadamente numa biblioteca graças ao esforço da Junta, graças ao trabalho e investimento único da Junta. Não tem pavilhão coberto a parte do infantário não tem sala de reforço ou sala de prolongamento, tem problemas de humidade, tem problemas que não existem salas a onde os professores possam reunir, os psicólogos que vão á escola possam reunir, não tem as mínimas condições. Eu ando a alertar a Câmara há mais de três anos sobre este assunto. A coordenadora da escola, os próprios pais têm falado nisso. No ano passado o senhor presidente da Câmara disse que havia grandes investimentos nos centros escolares, eu compreendi e aceitei, era razoável. Agora este ano tenho uma notícia que aparentemente eu devia ficar feliz, devia ser para isso, em que vão investir cem mil euros, que só dá para lavar a cara daquela escola. Onde é que está a aposta nesta escola e o que é que vai ser feito? Diga claramente que não é necessário criar mais condições de educação para que aquela escola tenha melhores salas ou melhor dito, mantenha as salas que tem que são oito, são razoáveis, há quatro salas do jardim e que tenha uma biblioteca digna, tenha espaço de reuniões em condições. Era isso que eu gostava de ter uma resposta. O que é que vai ser feito?» -----

----- Intervenção da Sra. Sandra Silva do Grupo Municipal “Lousada Viva”
- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente, há dois anos atrás, aquando do aumento do preço da taxa dos resíduos, os lixos urbanos, implementado pelo senhor presidente, foi anunciado e comunicado por vossa excelência que o município estava em processo de renegociação com a empresa de recolha, no sentido de estudar o ponto da situação e de melhorar o serviço prestado. Foi inclusive solicitado aos senhores presidentes de Junta de Freguesia que analisassem o grau de utilização dos contentores nos locais em que estão situados, bem como quais os que são utilizados e menos utilizados, no sentido de se alterar os locais dos contentores, bem como reforçar determinados locais com mais contentores mediante o número de utilizadores. Foi ainda anunciado que se estaria a estudar a possibilidade de fazer a separação dos lixos biológicos. Senhor presidente, a verdade é que apesar de haver imensos pedidos de reforços de contentores por parte das Juntas de Freguesia, apesar de ter aumentado o preço do respetivo serviço, apesar de já terem passado quase dois anos do anunciado, senhor presidente, tudo continua igual. Não tendo passado de meros anúncios e propaganda. Para quando senhor presidente uma verdadeira e concreta intervenção nesta área que tanto influência a saúde pública dos lousadenses. E já agora senhor presidente, deixe-me só fazer aqui uma reflexão sobre o que me disse há bocado em relação ao facto de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

eu ter que arranjar o e-mail do senhor presidente da Comissão do ACES, que é o senhor vereador da área da saúde de Felgueiras. Eu peço-lhe imensa desculpa senhor presidente, eu sou representante desta Assembleia eu não sou voluntária na Comunidade do ACES. Eu estou lá como representante desta Assembleia. E acho que deve ser esta Assembleia nomeadamente neste caso a Câmara Municipal de Lousada a indicar quem é a pessoa responsável, na área, à pessoa que atualmente está a dirigir a Comissão. Não sou eu que devo lá aparecer e dizer, olhe eu estou aqui a representar a Assembleia Municipal de Lousada para a Comissão do ACES. Isto não cabe na cabeça de ninguém senhor presidente, sejamos um bocadinho razoáveis. E em relação ao facto de dizer que só agora é que nós nos preocupamos na área da saúde. Senhor presidente devo lembrar que no ano passado fiz exatamente uma intervenção na área da saúde, dizendo que estava preocupada com o número de colaboradores quer no centro de saúde de Caíde, quer no centro de saúde de Meinedo. Bem como chamei à atenção pelo facto de inclusive ter encerrado as suas funções durante um dia ou dois. Por isso a nossa preocupação não é de agora senhor presidente. Mas fico contente por o senhor agora verificar que afinal a Câmara Municipal pode atuar nesta área, e deve. Fico muito satisfeita senhor presidente.» -----

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «A tática da coligação, normalmente, é fazer uma confusão de conceitos, propositada, para confundir as pessoas e baralhá-las. Há aqui dois pontos que provam essa tática. O primeiro ponto focado pelo Dr. Filipe Barbosa em relação aos problemas de tesouraria, e que, diz ele, lhe dão razão em alguns problemas levantados pela coligação ao longo das Assembleias. Eu penso que o senhor está a confundir tesouraria com questões de dívida e endividamento. São totalmente diferentes. Está, está a confundir questões de tesouraria com questões de dívida, que iremos tratar a seguir no ponto concreto das contas do município. Mas para lhe responder rapidamente à questão de tesouraria que como o senhor irá ver que a liquidez geral continua acima de um, não tem problemas de liquidez a Câmara. Tem é um problema pontual ou teve um problema pontual que foi este ano devido às obras dos centros escolares, a Câmara teve de acabar as obras e pagar as obras até junho de dois mil e quinze, teve que de facto recorrer à tesouraria, inclusivamente aos fundos, às receitas correntes para pagar as receitas de capital, porque algumas transferências ainda não foram feitas pelo Estado. Relativamente às questões da criação de postos de trabalho que o Dr. Fausto Oliveira levantou, vou informá-lo, nós podemos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

falar das coisas com números concretos. E nós temos ouvido falar que há muitas empresas a serem criadas que vão dar quinhentos ou mil postos de trabalho em Paços de Ferreira, Paredes, etc. Mas o que interessa é de facto os números concretos. Eu vou-lhe dizer números concretos de dezembro de dois mil e quinze de desemprego e de março de dois mil e dezasseis e a evolução que tem tido o desemprego aqui no Vale do Sousa. A taxa de desemprego em dezembro de dois mil e quinze em Felgueiras era de sete por cento, em Lousada de onze por cento, em Penafiel treze virgula oito por cento, em Paços de Ferreira doze virgula um por cento, em Paredes catorze virgula quatro e em Castelo de Paiva dezasseis virgula dois. Em março de dois mil e dezasseis, Felgueiras sete vírgula dois, acima de dezembro, Lousada dez por cento, foi o único concelho do Vale do Sousa que baixou a taxa de desemprego de onze para dez, Penafiel treze virgula oito ficou exatamente na mesma posição, Paços de Ferreira treze subiu de doze vírgula um para treze, Paredes catorze e meio subiu de catorze vírgula quatro para catorze virgula cinco, Castelo de Paiva dezassete vírgula seis, subiu de dezasseis virgula dois para dezassete virgula seis. A variação do desemprego neste conjunto de concelhos foi a seguinte, de janeiro a março de dois mil e dezasseis, Felgueiras subiu três virgula um por cento, Lousada desceu oito e meio por cento, Penafiel manteve-se, Paços de Ferreira subiu sete virgula sete por cento, Paredes zero vírgula oito por cento, Castelo de Paiva subiu oito e meio por cento. Se forem a dois mil e onze a evolução de dois mil e onze até à data, Lousada foi o concelho do Vale do Sousa em que o desemprego desceu mais acentuadamente. Relativamente a outra questão que foi a questão do centro de saúde. Também aqui parece-me e posso estar enganado e se estou enganado peço desculpa, mas pareceu-me em comunicados no jornal e na comunicação da Dr^a. Sandra, que a coligação anda a tentar dizer que há uma tentativa de fechar o centro de saúde e substituí-los por unidades de saúde familiar. É essa a ideia com que fiquei, se é, é totalmente errada e mentirosa essa ideia, porque as unidades de saúde familiares, não são unidades orgânicas que funcionam ou podem funcionar dentro do centro de saúde, inclusivamente há centros de saúde que funcionam com os dois tipos de unidades orgânicas. A unidade orgânica de centro de saúde de unidade de saúde familiar e a unidade orgânica de centro de saúde antiga, isto é quando agregada uma unidade de saúde familiar não significa, de modo nenhum, que o centro de saúde vá fechar, pelo contrário, vai ter é melhores condições orgânicas de funcionamento.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Socialista: «Excelentíssimo senhor presidente da Mesa e demais membros da Mesa, senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, caros colegas, estimado público e comunicação social aqui presente. Senhor presidente de Câmara, quando eu ouço pessoas a falarem aqui, eu fico desconfiado se sou eu que desconheço a realidade ou se de facto há aqui muitas pessoas que desconhecem aquilo que é a realidade. Há uma coisa que eu sei, é que eu não sou mais do que ninguém e também há poucas pessoas que sejam mais do que eu ou que pelo menos eu o admita. Portanto se o Dr. Filipe, ilustre deputado acha que ele é que conhece a realidade toda e todos os outros que estão aqui, seus colegas, não a conhecem, acho que está a fazer uma comparação ou pelo menos que se está a colocar num pedestal que não devia e se calhar até é desproporcionado. E quanto a isso devo-lhe dizer uma coisa, se o PSD, ou se a coligação se arroga a dizer que conhece o concelho eu posso dizer-lhe uma coisa, certamente que este executivo e esta bancada, conhecem também muito bem, e tanto que o conhecem, que é por isso que lhe é confiado e lhe foi confiado e lhe está ser confiado ao longo de muitos anos os destinos deste concelho. E portanto senhor deputado desengane-se porque nós sabemos o que é que Lousada precisa. Nós sabemos o que é que Lousada quer e nós não vimos para aqui com discursos retóricos e com frases embelezadas, que no fundo, não transmitem ideia nenhuma. Mas registei com muito agrado que contrariamente aquilo que o PSD escreve no facebook, reconhece que de facto há da nossa parte uma política de proximidade. Pois deixe-me dizer-lhe uma coisa, eu fico chocado que o senhor presidente da União de Freguesias de Alvarenga, Nogueira, Pias e Silvares, por ordem crescente da importância que lhe deve ser dada ou não, considere ou apenas tenha retirado das visitas que foram feitas a parte gastronómica, choca-me. E vou-lhe dizer porque é que me choca, e só lhe vou dar uma pitada, senão poderia estar aqui a falar quase toda a noite e não é esse o meu objetivo. Sabe quando se ouvem os empresários deste concelho, os empresários dizem-nos que de facto têm necessidades, não é que a Câmara crie postos de trabalho para eles, é que por exemplo sejam criados no concelho formas para formar trabalhadores com qualificações específicas que eles necessitam. E sabem que foram criadas, recorda-se, foram criadas e foram no seguimento dessas reuniões e dessas visitas. Estou a dar-lhe uma pista e dar-lhe-ia muitas mais, deixo à sua reflexão. Certo de que não se irá esquecer destas visitas, pela parte gastronómica, que estou certo que o agradou.» -----

----- Intervenção do Sr. Adão Moreira presidente da Junta de Freguesia de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Caí de Rei: «Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia e senhores colaboradores, excelentíssimo senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, excelentíssimos colegas e excelentíssimo público aqui presente. Espanta-me ter que me deslocar de Caíde de Rei para aqui para falar de jantares ou almoços. Fala-se tanto em política de proximidade e é aquilo que eu tento fazer com os meus conterrâneos. Estou a meio tempo é certo, para ter um ordenadinho para sobreviver, se não morria à fome, mas não, graças a Deus estou gordinho e pesado para estar bem de saúde. Ainda me espanta mais é quando, e aqui o senhor presidente vai ter que me desculpar, quando foi à minha terra, fui eu que lhe paguei uns simples rojões, numa tasquinha lá da esquina. E fui eu que tive de pagar. Portanto senhor presidente, a minha Junta de Freguesia é muito pobre, eu herdei uma dívida muito grande e que estou a tentar pagar. Senhor vereador é isso, custa-lhe a acreditar, mas é isso. O senhor deve ter muitas noites que não deve dormir sossegado. Senhor presidente, na próxima transferência, se puder mandar mais sessenta euritos que foi o jantar, eu agradecia.» -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Para começar senhor deputado João Correia já estou habituado a que nossa relação de dialética nem sempre seja interpretada numa chave hermenêutica comum. Não foi isso que eu disse, claramente. Eu não disse que conhecia melhor que ninguém, eu disse é que provavelmente haveria alguém que não conhecia bem, são coisas diferentes, até pelas responsabilidades que ocupamos, estamos colocados em patamares diferentes. Por isso eu não me coloquei em nenhum pedestal. Depois relativamente aos centros de saúde. Eu acho curioso que me afirmem aqui que não está em causa de modo nenhum o encerramento, mas por outro lado, também venham dizer que é preciso lutar, e a expressão foi mesmo esta, para que haja utentes para que não fechem. Há aqui alguma coisa, não sei. Depois relativamente à questão da tesouraria, liquidez, eu percebo muito bem. Agora quando a liquidez não permite que se paguem umas miseras bolsas de estudo e que elas estejam atrasadas até ao ano letivo seguinte, estamos conversados. Relativamente também a almoços e jantares, eu não vou fazer a defesa do Fausto porque eu espero que ele venha cá e se não vier também fica resolvida, mas de qualquer forma, também houve aqui uma questão de hermenêutica porque a questão dos almoços e dos jantares era para enquadrar toda uma situação. Mas o Fausto explicará isto muito bem. É curioso porque eu fiz uma introdução, se quisesse utilizar aqui uma metáfora desportiva, eu fiz a abertura e o Fausto acabou por faturar, porque veio falar de uma realidade



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

concreta, de uma visita concreta. E eu disse que haveria certamente outros presidentes de Junta que poderiam vir aqui dizer exatamente a mesma coisa. O que é que resultou no fim? Eu desafio outros presidentes de Junta dizer que no fim da visita, das presidências abertas em que eles participaram ativamente, se, se fez um plano de ação para aquelas freguesias concretas e que entretanto já se desenvolveram coisas. Se isso não aconteceu, lamento mas estamos a falar de propaganda.» -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga: «Eu de facto, esta situação dos almoços e dos jantares até tem piada, mas há uma coisa que eu, a gerir bem a minha união de freguesias eu acho que não se deve tirar ao pobre para dar ao rico. E já que a Câmara tem a saúde financeira tão boa acho que lhe compete a ela pagar o Jantar. Ainda por cima que quem convida na minha terra é quem paga. Como fui convidado, com certeza com muito gosto, com muito prazer, foram momentos muito agradáveis e é uma oportunidade de conhecer a gastronomia local e em restaurantes interessantes. Mas de facto estão a desviar o assunto para um não assunto, isso é que é lamentável. Eu ao colocar aqui a questão do almoço, foi precisamente, para perceber o que é o ridículo de uma presidência aberta. Em que a maior parte das vezes nós tínhamos os senhores vereadores a assinar documentos ou a fazer telefonemas desviados da realidade, porque era verdade e era necessário trabalhar, ainda bem que se trabalha. Mas o que é facto é que para além daquilo que foi conhecer um pouco a realidade e de facto estarem em contacto com algumas realidades locais. Até aí tudo bem, eu não ponho isso em causa, o problema é, e o resto, é só isto. Se é só isto, é *show-off*, é pura propaganda. E isso é que eu lamento. O problema é que passado um ano, não passou disso, e portanto eu só posso entender que isso só foi *show-off*, ou então, o senhor presidente tinha uma grande necessidade de se dar a conhecer à população que não o conhecia. Reparem o importante é, nós temos de ser consequentes e temos de tirar conclusões de facto do conhecimento que temos da realidade. A realidade de facto, enquanto atores políticos, enquanto gente que está à frente do município fomos eleitos para transformar a realidade, para lhe dar soluções. Eu ainda tenho alguns empresários que me perguntam mas afinal, até me deram um cartãozinho, mas eu gostava de facto de saber o que é que foi feito. Que medidas concretas é que passaram por aí, isso é que eu não estou a ver. De facto, vem aqui o senhor Ferro falar muito bem dos números, mas o que é que os números têm a ver com a ação efetiva da Câmara nesta medida? Que correlação existe efetiva entre aquilo que são os números do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

desemprego e as medidas que a Câmara tomou nesse sentido? Eu muito sinceramente não vejo absolutamente nada não há correlação absolutamente nenhuma, porque não passou na maior parte dos casos, de alguns *fait-divers*, algumas situações aqui de pura coreografia, de pequenos retoques. E é isso que eu lamento, quando de facto, o concelho precisa de medidas muito mais estruturais no apoio, de reunião com os empresários, de promoção de produtos para o estrangeiro, de apoio á exportação, de medidas muito concretas que passem por reunir os empresários e tornar por exemplo um produto “Lousada”, que não existe, que passam por os empresários se juntarem e criarem uma estrutura efetiva de sinergias e de apoios e de parcerias para promover os produtos que possam exportar, canais ligados à exportação na área do vinho, na área das confeções. Não estou a ver que a Câmara esteja de facto a ter um papel de liderança que eu acho que lhe competia ter, como por exemplo têm outras Câmaras vizinhas, por exemplo em setores como o mobiliário. De facto fazem uma promoção efetiva e que reúnem os empresários nesse sentido. E aqui no concelho nós temos um tecido empresarial muito diversificado mas há setores que de facto são importantes e que precisam de um apoio muito mais estruturante e que não passa de *fait-divers* nem umas feirinhas. É isso que eu acho que falta.» -----

----- Intervenção do Sr. Pedro Mendes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente lembrando aquela que foi a última reunião do passado ano desta Assembleia, houve um pedido do senhor Ferro que era para eu educar a minha bancada e os meus colegas de bancada relativamente a conceitos financeiros. Bom, eu como sou uma pessoa simpática aproveito para, e faço-o nesta Assembleia que assim ensino quer a minha bancada, quer a bancada do partido socialista. Falar em problemas de liquidez é falar em problemas de tesouraria. Quando analisamos o balanço os problemas podem ser de outra ordem, mas um problema de liquidez por natureza é um problema que resulta de problemas de tesouraria, ou seja, quando o dinheiro disponível em caixa não é suficiente para pagarmos os nossos compromissos financeiros. Convém fazer esta distinção, não vamos andar nas próximas semanas na comunicação social uns a falar de problemas de liquidez e outros a falar de problemas de tesouraria e evitamos exaurir os lousadenses com estas discussões de semântica. Não, não tenho e se quer falar por aí. Um banco quando tem um problema de liquidez significa que levantam por exemplo os depósitos e não tem o dinheiro suficiente para emprestar e quando tem que fazer os compromissos. Isso é um problema de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

liquidez, mesmo que no seu balanço tenha ativos suficientes para fazer face ao passivo e tenha capital próprio excelente, se não tiver em caixa o dinheiro suficiente para pagar os depósitos, o banco tem um problema de liquidez. Eu não preciso de rever a matéria e posso-lhe mostrar isso. Ter um problema de tesouraria e de liquidez que é exatamente a mesma coisa. Não vamos por aí e como disse aqui alguém podemos passar aqui a noite toda mas às vezes não vale a pena. E como dizia o Padre António Vieira, “quando o sal não sai ou a terra não se deixa salgar mais vale passar à frente”. Relativamente aos centros de formação, que foi referido como resultado, como consequência das presidências abertas, só me resta congratular. Porque recordando o programa da coligação “Lousada Viva”, nomeadamente na parte relativa aos jovens, as duas juventudes partidárias da coligação tinham no seu programa que se devia promover uma correlação e um encontro entre a Câmara, a escola secundária, o centro de emprego e as empresas lousadenses, de forma a que os jovens, por exemplo, pudessem encontrar empregos à medida das cidades empresa. A coligação defendeu isto no último ato eleitoral e já vinha defendendo, ainda antes das eleições, e também defendemos isto não só para os jovens mas também para as outras faixas etárias. Por isso bem-vindos ao clube porque nós já sabíamos da necessidade deste problema. E a seguir o senhor presidente da Junta da União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, o meu caro Fausto, já falou aqui da correlação entre aquilo que é a ação da Câmara, e como distinguir, aquilo que é a ação específica da Câmara e a ação dos empresários do setor do privado na diminuição do desemprego. Mas também e aqui recorrendo a uma lição que o partido socialista a nível nacional deu a toda a gente que é, quando se discute o desemprego, atenção, convém analisar o número do desemprego. Porque um desempregado que saia da população ativa pode não ter encontrado um emprego e às vezes convém ver os dois lados, e ver também, de que forma é que o emprego também evoluiu neste concelho, e qual foi o contributo específico, de ação da Câmara para estas questões. Porque convém também perceber qual é ação específica da Câmara e dos empresários. Porque a Câmara tentar capitalizar os benefícios daquilo que é o esforço dos empresários lousadenses e aquilo que é o seu investimento, a sua capacidade de exportar, a sua capacidade de colocar no mercado e de ser competitivos, e a Câmara tentar levar os louros disso, não me parece correto, e convém perceber, qual é a ação específica da Câmara.» -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Só porque utilizei uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

palavra, que o Fausto depois recalcou, que é propaganda. E que já sei que vai ser algo de, e ainda bem. Eu só queria recordar aqui um pormenor e que o Pedro já tocou, agora, na última intervenção, é que, as presidências abertas resultam de um processo que a coligação já fazia há muito tempo e que desta bancada foi apelidado com uma expressão curiosa que nunca mais esqueci, que era “a política da luz fundida e da torneira que pinga”. Mas essa política de luz fundida e torneira que pinga, que foi as visitas ou as presidências abertas se lhe quisermos chamar assim, dos vereadores da coligação “Lousada Viva”, ao longo de muitos e muitos meses, que começaram muito antes da campanha eleitoral e que daí resultavam planos de ação e melhoria muito concretos, que eram apresentados nas reuniões do executivo, com medidas claras e muitas vezes até orçamentadas e chegaram aqui a ser definidas, essa política nunca foi valorizada. De repente o executivo passa dias, depois de ganhar eleições, a ter uma política de luz fundida e torneira que pinga, mas nós não sabemos se afinal a torneira pinga e se a luz está fundida. Nós não sabemos nada, nem sequer o que é que se faz.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Meu caro amigo Pedro Mendes, essa intenção, essa abordagem à taxa de desemprego, completamente correta, devia também ser usada no anterior governo e não foi. Vangloriavam-se com a taxa de desemprego a descer e nunca diriam o resto, mas efetivamente o emprego está a crescer. E por muito da ação daquilo que se tem feito nas presidências abertas. Relativamente áquilo que o senhor presidente da Junta, Dr. Fausto Oliveira disse, em todas as suas freguesias, como andou connosco foi-nos apresentando os problemas durante todo o dia, das nove da manhã às sete da noite. Se a questão era sentar à mesa isso também aconteceu, à mesa da Junta, à mesa de empresas, aconteceu e aconteceu com todas. E isso não impediu de outras vezes ir, seja no carro, a pé, não interessa, deslocar até ao local, estou-me a lembrar de pelo menos uma situação em Silvares, mas houve várias, de deslocar ao local porque seria mais evidente e mais fácil de explicar, do que estarmos sentados na mesa da Junta. Muitas das vezes foram trocados por isto e também pelo tamanho da freguesia, dar mais tempo para estar mais relaxado no local e não ter o horário das visitas às empresas sempre umas em cima das outras. Depois, nota-se que as presidências abertas custou-vos e isso é bom para nós. Porque desde sempre diziam que viria aí um executivo de gabinete, apelidavam o próprio presidente de Câmara disso, ainda hoje disseram que a população não conhecia o presidente. E perderam as eleições. Portanto isso continua a ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

bom para nós. Nós desde sempre tivemos essa postura, de ir para o terreno, não só na altura das presidências abertas, poderia estar aqui a elencar os dias todos que fomos a todas as freguesias, mas também vamos durante a semana, em qualquer altura. Portanto isso é notório e é um mérito. Estou-me a lembrar por exemplo de empresas da sua União de Freguesias que com o tal cartãozinho vieram ter connosco, o cartão era para isso, enviar um e-mail, fazer um telefonema, para por exemplo fazer melhorias nas suas instalações, processos de licenciamento, contratação de pessoas através do gabinete de inserção profissional. Lembro-me perfeitamente disso e poder-lhe-ia dar dois ou três exemplos. Portanto isso resultou e é mais do que evidente, o João já deu aqui um exemplo, que a grande maioria das empresas do setor têxtil e vestuário reportavam-nos uma necessidade extrema de mão-de-obra e nós criamos o centro de formação Modatex, fomos uns dos promotores, para que essa necessidade fosse mantida sempre em primeiro lugar. Eu percebo que isto possa causar alguns problemas a algumas pessoas mas esta é a realidade e as situações estão aí para toda a gente ver. Depois, as presidências abertas foram mais do que vocês queriam que elas fossem, foram visitas às empresas, contactar com associações, resolver problemas, é lógico não resolvemos os problemas todos que nos colocaram, ninguém resolve. Os senhores presidentes de Junta nas suas estritas e exclusivas competências, de certeza, que todos os problemas que vos apresentam, com muita boa vontade conseguem resolver uma grande parte delas, mas não conseguem resolver outras. O mandato servirá para corrigir outras situações, umas poderão ficar por resolver mas muitas, acreditem, que já foram resolvidas e não andamos com uma bandeira a dizer o que foi resolvido e o que não foi resolvido. Mas certamente acreditem que muitas destas situações foram esclarecidas e resolvidas.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Diz-se que a equipa que ganha não se mexe. Há equipas nesta matéria do emprego, como perdem os jogos, mexe-se, e até deixam de ser convocados para os jogos. Não obstante e como isto é uma piada inteligente, cumpre-me dizer o seguinte, o Dr. Filipe Barbosa faz-me lembrar o contrário do Cândido de Voltaire, já que hoje estamos aqui numa de citar autores e livros, faz-me lembrar esse personagem sempre que aqui vem. Nós não nos entendemos, nós falamos linguagens um bocado díspares e portanto isso é normal. A verdade é que eu vou pegar na frase dele, há pouco foi ele que fez o passe para ali o nosso colega Fausto marcar o golo. E agora sou eu que vou aproveitar a perda de bola na sua grande área para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

encaixar, à Maradona. E vou pegar na sua última palavra, porque já vi que você percebeu que eu ia apanhá-la e veio logo aqui outra vez. É propaganda. E sabe porquê? Porque finalmente abriu a temporada. E eu vou-lhe explicar porque é que abriu a temporada, olhe, denota-se que os senhores estão muito incomodados com umas presidências abertas que começaram no primeiro ano de mandato. É que vocês vêm aqui dizer que há propaganda no primeiro ano de mandato. Vocês ainda estão a chorar com a perda das eleições e o PS que ganhou as eleições é que já tem de estar preocupado na propaganda. É uma coisa incrível e surreal que não tem qualquer lógica. Mas olhe, ainda que assim não fosse, há uma coisa que tem de ser reconhecida, e que é muito simples, o meu colega Fausto Oliveira elencou um conjunto de medidas que certamente serão um bom porta-estandarte daquilo que será certamente um líder da coligação “Lousada Viva”. Já aqui começaram a ser elencadas coisa que nunca foi nos últimos tempos. Portanto estamos a assistir de facto aqui a um aproximar do ano de dois mil e dezassete e já é bem visível e portanto é compreensível toda esta dialética que aqui é usada. Por ultimo, dizer o seguinte, eu partilho aqui um bocadinho da ideia do Pedro Mendes dizem que isto das ideologias se está a esfumar. Eu acredito na iniciativa privada e acredito que não tem de ser a Câmara a andar atrás dos empresários a dizer-lhes “criem postos de emprego, criem postos de emprego”, eles mais que ninguém sabem as suas necessidades, eles mais que ninguém sabem aquilo que podem contratar, sabem o que querem e aquilo que devem contratar. Não tem de ser a Câmara a andar a impingir programas ou andar a fornecer programas aos empresários. Peço imensa desculpa mas não é essa a tarefa. Se são dadas chaves, são dadas informações aos empresários para entrar em contacto, há gabinetes de apoio na Câmara Municipal de Lousada. Nós é que ainda temos de voltar lá? Mais, perguntaram aqui qual o contributo da Câmara Municipal de Lousada para a criação de emprego no concelho? Há um muito claro, vocês dizem que a Câmara está farta de dar empregos, só por aí empregos diretos está certamente a dá-los. Empregos indiretos, eu também não os sei mensurar, mas acreditem numa coisa, eu também não sei mensurar qual foi a criação líquida de emprego do centro de emprego de Penafiel. Eu não faço ideia. Porque eu não sei que empregos é que eles criaram. Se eles têm a obrigação legal, por exemplo, de apoiar, promover, formar, divulgar eu acredito que sim. Agora vão-me dizer que eles têm a obrigação legal de criar postos de trabalho? É que não têm. E a Câmara Municipal de Lousada também não tem. Posto isto e para terminar a matéria de saúde, cumpre-me dizer e ressaltar que só faltou falar aqui de uma coisa, o centro de saúde de Lustosa.» -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

esta postura, eu quando recebi nas minhas três freguesias a visita do senhor presidente e dos senhores vereadores, eu não fui um simples acompanhante, participei dessa visita, procurei também dar o meu contributo, também ouvir mais do que estar na postura da crítica e do simples “corte na casaca” que é sempre fácil. É sempre fácil fazer oposição mas é muito difícil construir o que quer que seja. Eu hoje lia e penso que faz todo o sentido para aqui, o seguinte: “se uma árvore dá para fazer milhares de fósforos, e que úteis eles são a todos nós, às vezes basta um fósforo para queimar essa árvore”. Penso que é essa às vezes a atitude de quem facilmente constrói a crítica e se esquece de quanto custa fazer. É muito fácil nós olharmos para o nosso umbigo. E eh pá, que linda barriga eu tenho. Enfim é a postura de cada um, mas é com essa postura que construímos ou não construímos um futuro melhor para o nosso concelho.»

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Começando pela intervenção do deputado Dr. Filipe Barbosa. Se a minha intervenção é escrita criativa a sua intervenção também foi seguramente muito criativa. E usa as palavras de uma forma engenhosa, para tentar também, enfim, dar algum *show* mas na minha opinião devia ser mais objetivo. Porque confunde conceitos, confunde ideias, como por exemplo, quando começou logo por dizer que por um lado nós apregoamos uma saúde financeira invejável e por outro lado, depois como havemos de ver nas contas houve falta de execução de muitas medidas por falta de recursos. Uma coisa não tem nada que ver com a outra. Aliás, nós não dizemos que temos uma saúde financeira invejável, não é. É invejável se a compararmos com realidades tristes como existem por esse país. Agora a nossa realidade financeira é uma realidade financeira controlada, como sempre foi, e felizmente a Câmara Municipal consegue fazer face aos seus compromissos, consegue ter capacidade para que o concelho continue a crescer, mas é óbvio que temos as nossas limitações e que há muitas coisas que gostaríamos de fazer e que não conseguimos por força dessas limitações orçamentais. Uma vez que, como é sabido, julgo que ninguém anda distraído, nos últimos anos, o Estado e as Autarquias tiveram que se adaptar a uma nova realidade em que os recursos começaram a mingar e de que maneira. Portanto é uma gestão cada vez mais difícil, mais complicada, porque por um lado temos um grau de exigência, por parte da comunidade, dos nossos concidadãos, das Junta de Freguesia, das coletividades, etc,etc, que não queremos deixar para trás, que queremos continuar a apoiar. E naturalmente que, quando a manta é curta tentamos cobrir o pescoço e a cabeça e descobre-se os pés, é uma ginástica permanente que temos que fazer, mas felizmente a nossa manta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ainda dá para nos dar esse conforto, contrariamente ao que acontece por esses municípios fora. Depois relativamente ao saneamento, diz que nós não dizemos onde é que fazemos as obras. Se tiver interesse depois damos-lhe uma relação completa dos locais onde se fazem as obras de saneamento. Temos procurado fazer um pouco por todo o concelho, naturalmente que não podemos fazer tudo ao mesmo tempo, como é óbvio, já aqui disse mais que uma vez, quais os critérios que têm estado subjacentes a esta prioridade para intervir. Dizer que nos orgulhamos de ter uma taxa de execução, que diria que é invejável, face ao panorama da região, que já estará muito próxima dos setenta por cento. Não lhe posso dizer quando é que vai estar concluída, o que eu lhe posso dizer é que já poderia estar concluída, não fosse o facto de nos últimos anos, termos ficado impedidos de apresentar candidaturas a fundos comunitários, felizmente agora abriu uma candidatura e estamos a preparar para apresentar projetos no sentido de, quanto antes, conseguirmos fechar estes investimentos. Por nossa vontade eles já estariam concluídos há muito tempo, acontece é que tem havido aqui um esforço gigantesco por parte do município para fazer face a essas obras, com recursos próprios, porque infelizmente poucas foram as candidaturas neste quadro que terminou que podemos aproveitar. Já aqui o disse uma vez, houve na minha opinião, uma tentativa clara de condicionar os municípios, a partir do momento em que definiram regras em que só podiam aceder a fundos comunitários os municípios que tivessem um sistema verticalizado, ou seja aqueles sistemas, em que houvesse uma única entidade a gerir a alta e a gerir a baixa. Qual foi a solução ou que pensavam, quem definiu estas regras, que ia acontecer, os municípios iam abdicar dos sistemas municipais de água e saneamento, iam entregar, para que uma única entidade, neste caso, enfim, as Águas de Portugal. E houve municípios que legitimamente assim o entenderam que era esse o caminho mais certo e fizeram-no. Já dissemos aqui mais que uma vez que na altura fomos aliciados para entregar a água e saneamento e ofereceram-nos vinte e cinco milhões de euros para o efeito. O que era uma proposta tentadora, nós resistimos e bem, para bem de todos os nossos concidadãos. Depois relativamente ao Festival da Juventude, referiu aqui uma expressão que não é, seguramente, o modo que nos caracteriza, não é assim que nós estamos na vida, nem eu, nem o meu executivo, e também isso acontece na Câmara. Disse aqui que se correr bem é nosso se correr mal não é nossa culpa. Não é nada disso, não me revejo nesse tipo de abordagem. O Festival da Juventude há de correr bem, naturalmente que se corresse mal nós também teríamos as nossas culpas. Não é caso para isso, vai seguramente correr bem. Depois relativamente às presidências abertas. Eu registo esse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

desconforto que vos criou as presidências abertas. Já aqui foi dito muito sobre isto naturalmente que as presidências abertas, nunca pretendi que fosse uma solução mágica para resolver todos os problemas, para isso tinha que levar um livro de cheques, nunca foi esse o espírito. Não foi ir para o local, contactar com a população, com os senhores presidentes de Junta, com as associações, para resolver todos os problemas, porque sabemos das dificuldades que existem para resolver os problemas. Foi sobretudo para nos inteiramos mais de perto, sobre problemas, cuja maioria já nos tinha sido inclusivamente reportada, quer por os agentes locais das coletividades quer pelos senhores presidentes de Junta, mas que entendi que era importantíssimo estar próximo da realidade, contactar de perto com esses problemas, para termos uma outra perceção deles também, para os poder avaliar melhor e os priorizar. Alguns deles já foram resolvidos, outros estão seguramente a ser equacionados em função da disponibilidade orçamental que existir. Referiu aqui o caso de Nespereira, Casais, está aqui o senhor presidente da Junta, seguramente que não precisa de procurador, aliás ele já tem agendado comigo uma reunião para terça-feira, onde seguramente vai-me falar de alguns assuntos que ele considera prioritários para resolver e é assim que deve ser feito. Acho que é a falar que as pessoas se entendem, com respeito, com consideração mútua, e isso, apesar de às vezes vocês me tentarem tirar do sério, vou fazer um esforço para que isso nunca aconteça, porque é assim que eu me revejo, foi essa educação que eu recebi e portanto hei de respeitar sempre todos, apesar de às vezes me apetecer pagar na mesma moeda. E a propósito de pagar na mesma moeda estava agora a referenciar-me mais à intervenção do senhor presidente da Junta da União de Freguesias de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga, que enfim, já tinha tido aqui em tempos um episódio muito desagradável, que me deixou muito desiludido com a sua postura, a propósito da famosa bênção da casa mortuária, em que trocou-se todo, os pés pelas mãos, e hoje voltou-lhe a acontecer o mesmo. Acho que lhe fica mal, quando vem aqui falar de almoços, acho que não há necessidade disso. Seguramente que o senhor foi eleito e tem esse dever de lutar por todas as aspirações das quatro freguesias que lidera, nós respeitamos isso, mas há que saber estar, há que saber apresentar os problemas e há que saber lutar por eles, e não é com guerrilha que se luta pelos problemas, na minha modesta opinião. Isso não invalida de que não vamos ter e que não estamos a ter em consideração as suas pretensões. Não é verdade que a resposta foi zero, nós temos falado continuamente, ainda há dias, conforme referenciou aqui tivemos uma reunião, onde voltamos a falar daquelas situações que o senhor presidente da Junta considera prioritárias, algumas não são fáceis de resolver como o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

caso que referenciou da Escola da Boavista. Já referenciei aqui e na reunião de Câmara que este quadro comunitário é muito castrador em termos de disponibilidade de financiar obra, e no que respeita ao parque escolar, havia aliás um cenário mais negro no início quando começamos a discutir este dossiê, conseguiu-se ainda, apesar de tudo, alguns valores, que infelizmente não são aqueles que nós desejaríamos. Neste momento temos um problema grave para resolver que é a requalificação da EB de Cristelos, cuja verba está disponível ou prevista no mapeamento é manifestamente insuficiente para fazer face às obras que aquela escola carece. Tenho um pedido de agendamento de uma audiência com o senhor secretário da educação para lhe transmitir, porque como sabem, nós temos um contrato de execução mas eu não posso resolver o problema, se não tiver os meios necessários para fazer face a ele. E portanto aqui o governo tem que nos ajudar a resolver este problema, sob pena de ter que ser o próprio governo a resolvê-lo. No caso da EBJI da Boavista, é a verba que foi possível prever, são os cem mil euros, seguramente que há de dar para resolver grande parte dos problemas que aquela escola tem. Mas aquela escola tem um outro problema grave, já foi falado aqui na última reunião que é o facto de ter alunos a mais para tipologia que foi prevista aquando do projeto. Eu percebo que o senhor presidente da Junta, neste caso de Silves lute pelo facto de esta escola ter cada vez mais condições e mais espaço, assim como todos os outros, é legítimo que tenham essas aspirações, mas nós temos que ver esta realidade com outra abrangência, numa escala municipal. E naturalmente que os pais têm o direito de escolher onde matricular os seus filhos, mas esse direito tem limite, que é o espaço disponível. Infelizmente naquela escola foram permitindo inscrever alunos a mais para a capacidade da mesma. E portanto aquilo tem que ter um limite, porque senão daqui a pouco temos de pôr andares em cima da escola, se toda a gente quiser ir para lá e fechamos todas as outras do concelho. Colocamos lá cinco ou seis andares naquela escola e passamos a ter um único centro escolar. Estou a exagerar, naturalmente, mas com isto para dizer que esta decisão tem de ser partilhada com a direção do agrupamento, e o agrupamento conosco, Câmara Municipal, é que vai ter de definir o que é que lhe interessa. Se lhe interessa ter as escolas que estão sobre a sua alçada no mesmo agrupamento, com espaço disponível, e estar, contraditoriamente, a ampliar outras num raio de muito pouca distância. Portanto é uma discussão que estamos a ter com o agrupamento. Pode dar os recados que quiser. Depois relativamente à criação de postos de trabalho o que é que nós fizemos. Já agora fazia-lhe um pedido, se algum empresário lhe fizer essas perguntas, diga para falar comigo, faz-me o favor e assim tenho a oportunidade de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

lhes dar as explicações. Conforme tenho feito a muitos, felizmente. Muitos têm contactado, têm ido à Câmara Municipal, quer seja nos dias de atendimento, quer fora disso. Apesar de haver um dia próprio para atendimento, eu tendo disponibilidade, atendo todas as pessoas todos os dias. Tenho recebido imensos empresários, e fruto também, desses contactos que fizemos aquando das presidências abertas e desse sentir das necessidades dos empresários, criamos esse canal de proximidade com eles. E projetos estão já a arrancar, fruto dessa proximidade, estou a lembrar-me por exemplo de uma grande empresa que está em construção na zona industrial de Pias/Boim, que é uma empresa de confeção, que vai ampliar de uma forma significativa o seu espaço e vai criar novos postos de trabalho. E portanto esse trabalho de sapa que temos de fazer de dia a dia, não há soluções mágicas, aqui, para resolver este problema do emprego ou desemprego, neste caso. É com medidas consistentes que nós conseguimos fazer isso, nomeadamente, com aquilo que referenciou com alguns os incentivos fiscais, os projetos de iniciativa municipal, que são uma mais-valia importante e criam de facto um alento especial para os empresários terem vontade de investir. É por exemplo aquilo que já foi referido aqui perante uma necessidade concreta, que é o problema das qualificações das pessoas, criar condições ou dar um contributo para criar essas qualificações e ajudar os empresários a ter mão-de-obra disponível. Enfim, estamos disponíveis para avaliar todas as soluções, todos os contributos para que os senhores empresários invistam cada vez mais em Lousada e com isso se criem mais postos de trabalho. Depois relativamente à senhora deputada Dr.^a Sandra Silva. Eu lembro-me, de facto, no início deste contrato, que já vai a meio, houve problemas com a recolha, porque houve mudanças nos circuitos, na periodicidade e chegamos à conclusão que havia locais em que não era suficiente o número de contentores disponíveis. Nós entretanto por força também do conhecimento que tivemos desses casos críticos, reforçamos com trinta contentores. A informação que tenho é que as coisas estão minimamente controladas, se há mais um ou outro ponto, os senhores presidentes de Junta que nos façam chegar esses casos, para nós podermos avaliar. Porque por vezes pode não ser um problema de poucos contentores disponíveis, pode ser outro tipo de problemas, que tem a ver com a localização, e sobre tudo, com o tipo de resíduos que colocam dentro dos contentores. Todos nós, se andarmos minimamente atentos, vemos sobretudo durante os fins-de-semana contentores cheios de ramos e de ervas e de relvas, coisas que não podem ir para o contentor. Há aqui um trabalho de sensibilização que todos nós temos que colaborar e naturalmente que a Câmara aqui tem um papel decisivo, temos feito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

também diversas campanhas de sensibilização com a SUMA e com a Ambisousa, porque os rácios que nós temos, quer ao nível dos contentores, quer ao nível dos ecopontos, são mais do que suficientes, excedem em larga medida as médias europeias. Há de facto é depois o problema da boa utilização desses equipamentos, infelizmente nem toda a gente os usa convenientemente. Casos que estão mal resolvidos, seguramente que os senhores presidentes, fazem chegar aqui ao senhor vereador e ele terá naturalmente essa sensibilidade de analisar as situações e tentar procurar soluções para as mesmas. Ainda sobre a questão do conselho do ACES. Nós sabemos que foi em representação da Assembleia Municipal que lá está. Agora, eu não posso dar instruções a um vereador do Município de Felgueiras, como deve compreender. Ele é que tem essa responsabilidade, julgo eu de fazer a convocatória, ele é que preside ao órgão. Mas eu passo a palavra à senhora vereadora.» -----

----- Resposta da Sr^a vereadora Cristina Moreira: «Eu peço desculpa, a última reunião em que eu estive como presidente do Conselho Consultivo da Comunidade, foram todos convidados, todos os elementos. Todos os dados, incluindo o meu, passou num acordo que houve com os senhores presidentes de Felgueiras, Lousada e Paços, em que fica um ano para cada. O ano de dois mil e quinze foi para Lousada, dois mil e dezasseis para Felgueiras e dois mil e dezassete será para Paços de Ferreira. E todos os contactos e toda a responsabilidade está agora nas mãos da Câmara de Felgueiras. Nem sequer eu, nem o senhor vereador de Paços de Ferreira temos assento no conselho consultivo. Se for à legislação e se vir o regulamento interno vê que é um autarca, ou seja, neste momento a única pessoa que está com os dados é o senhor presidente de Felgueiras. Mas neste momento a responsabilidade de convocar é do senhor vereador e não houve ainda nenhuma reunião este ano.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara (continuação): «A Câmara Municipal ou a Assembleia Municipal vai fazer chegar os contactos a quem preside ao órgão, para quando ele entender fazer essas convocatórias. Agora, não podemos é dar instruções. Ainda sobre a intervenção do Dr. Filipe Barbosa. Eu agora não sei exatamente o que disse, mas se disse aquilo que o senhor disse, não era isso que eu queria dizer. O senhor referiu que eu disse, “é preciso lutar para ter utentes para não fecharem”, se disse isso, mas depois vê-se na ata, não era isso que queria dizer. O que eu disse é que nunca estive em causa fechar o centro de saúde, temos que lutar sim para o manter com a máxima qualidade e com os máximos serviços



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

disponíveis. E disse mais, se entretanto convenceremos as pessoas que entretanto saíram daquela unidade de saúde, em que a maioria foi pelo facto de determinado médico ou médica ter saído e como eram doentes desse médico acompanharam para os locais para onde o médico foi. É uma coisa normal e também não podemos obrigar essas pessoas a voltarem, se estão satisfeitas com o médico, acho que não é esse o caminho. O que eu disse é que, se criarmos condições para criar uma lista de utentes suficiente para justificar mais um médico, que há por parte da tutela a garantia de que criam as condições para o efeito, esse não constitui problema. Era isso que eu queria dizer, e por outro lado disse também, que a ideia era justamente reforçar esses serviços e essa qualidade. Por isso é que, se não abriu está para abrir, a uma equipa de cuidados continuados integrados. Ainda sobre as presidências abertas. O Dr. Filipe Barbosa acha que provavelmente no final, nós devíamos fazer um plano integrado de desenvolvimento, como diz a coligação. Não sei, eu já o disse, a ideia nunca foi ir para o terreno e levar soluções mágicas e assinar contratos, não foi, porque não temos meios para o efeito, antes tivéssemos. O espírito nunca foi esse, foi e isso sim, para reforçar ainda mais o conhecimento e o sentimento que tínhamos das aspirações diversas dos representantes da comunidade e dos nossos concidadãos, para depois podermos programar com tempo as intervenções para fazer face a esses problemas. Ainda sobre a segunda intervenção do senhor presidente da Junta de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga. Nós temos feito diversas atividades, iniciativas, justamente para fazer face aquela preocupação que aqui transmitiu, nomeadamente no que respeita à questão dos empresários, eu estou a lembrar-me por exemplo de uma iniciativa que nós tentamos dinamizar aqui em Lousada, promovida pela ANIVECO, foi uma ação sobretudo direcionada para o setor do vestuário, da confeção e que infelizmente tinha pouquíssima gente. Eu julgo que há aqui muito trabalho a fazer, porque infelizmente os empresários, trabalham muito por si e devia haver mais espírito de colaboração, mais espírito associativo. Eu lembro-me quando foi criada uma empresa em Boim que gerou aí muita conversa, muitas críticas, muitas desconfianças, sobretudo pelo valor do vencimento que propunham aos pretensos interessados, que foi promovida uma reunião aqui na Associação Industrial de Lousada, com empresários do setor, convidaram-me para estar presente e eu estive presente com todo o gosto, se a memória não me traiçoa, eram treze ou catorze empresários. E a primeira pergunta que eu lhes fiz era, quantas vezes é que eles tinham reunido, entre eles. Tinha sido a primeira. Portanto acho que o caminho é esse, esse reforço dessa concertação, dessa união. A Câmara seguramente está disponível para ajudar, mas não nos podemos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

substituir, nem aos empresários, nem ao associativismo do setor. Depois relativamente à internacionalização, também temos feito. Temos dado apoio concreto a quem nos pede ao nível dessa internacionalização, estou a lembrar-me por exemplo, no ano passado, no âmbito da CIM, que se fez uma ação promocional de Luxemburgo. Este ano está-se a preparar uma candidatura para o mesmo efeito. E portanto, há essa disponibilidade ao nível dos fundos comunitários de alocar instrumentos financeiros para financiar esse tipo de atividades, está-se a trabalhar nesse sentido e há quatro ou cinco ações de promoção internacional previstas. Depois relativamente ao Dr. Pedro Mendes. Eu já aqui disse uma vez que tenho muita consideração por si e reconheço-lhe muito valor, mas permita-me que termine esta minha intervenção, já que também fez citações, com uma citação Bíblica, que julgo eu é São Mateus, dizia que, “os que se exultam serão humilhados e os que humilham serão exaltados”. E portanto eu faço por ser humilde e o senhor também é, seguramente, tem qualidades e espero que se mantenha com essas qualidades.» -----

----- SEGUNDO PONTO: Documentos de Prestação de Contas do ano de 2015; -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Vai começar agora uma discussão interessante e uma discussão técnica mas que é também uma discussão política e positiva. Eu estou a dizer discussão no sentido positivo não é no sentido pejorativo da palavra. Mas para que se situe a minha primeira intervenção, é importante referir que quando olhamos para documentos ou para uma realidade seja ela qual for, fazemo-lo sempre sobre diferentes perspetivas, isto vai ficar clarinho, aqui, as perspetivas que nós vamos olhar e os pontos de vista diferentes com que nós olhamos para os mesmos documentos e para a mesma realidade. Aliás, se nós procuramos analisar uma realidade ou um documento, fazemo-lo sempre partindo de um quadro teórico, muito específico. E é a partir desse quadro teórico, de um quadro teórico de análise, que nós depois acabamos por tirar as nossas conclusões, senão abrimos tanto o espectro que acabamos por não tirar nenhuma conclusão, nem chegar a lado nenhum. Para que depois não venham aqui dizer que eu não falo de números e que não fiz contas, eu vou fazer uma primeira intervenção, olhando sobre um quadro teórico mais fechado e mais político. Eu tenho por hábito, “não meter a foice em seara alheia” já que estamos com citações, não é que eu não perceba nada de contas, eu preparei-me e olhei para os documentos, li as intervenções que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

foram feitas nas reuniões do executivo, mas reconheço, quer de um lado quer do outro, competências mais específicas para esmiuçar os números que aquelas que são a minha preparação para isto. Olhando num quadro teórico mais político, eu queria dizer que, quando nós olhamos para aquilo que nos é apresentado e para os números e depois alguém virá aqui falar sobre eles, como já disse, há algo que é uma linha muito pequenina que está nas ênfases do ROC, que é, na minha perspetiva, e esta é a minha perspetiva, depois vou deixar os números para os outros, que é um pormenor. Mas eu já disse aqui várias vezes e hoje vou repeti-lo outra vez, o diabo está nos pormenores e às vezes os pormenores não são assim tão despicientes quanto isso. É que o ROC volta a referir que o município ainda não terminou a implementação de um sistema de contabilidade de custos, conforme previsto na legislação. Isto é um pormenor, uma linha do ROC. Na verdade eu não creio que seja um pormenor, e depois quando vierem aqui falar das taxas de execução, dos números, dos gastos e da despesa, vamos perceber que o grosso, a fatia maior, está nas despesas correntes. E que as despesas correntes também estão associadas a uma política da Câmara e que foi aqui assumida mais que uma vez, que é fazer as obras por intervenção direta. Ora, se a Câmara faz isto e o grosso da despesa, está aqui, mas não tem um sistema que nos consiga dizer com exatidão, quanto é que as obras custam. A verdade é que neste quadro teórico de análise, todos os documentos que são aqui apresentados, estão, na minha opinião, contaminados. Nós depois podemos falar de percentagens para aqui, percentagens para ali, eu sei que o senhor Ferro fará uma intervenção muito pormenorizada sobre todos esses números, dizendo qual foi a taxa de execução em dois mil e catorze, qual foi a taxa de execução em dois mil e quinze. Tudo isso, o meu companheiro também virá aqui fazer. Se o deputado João Correia estivesse aqui no início teria percebido que a parte técnica ficou para outra pessoa. Mas a verdade é que nós não podemos deixar de olhar para este aspeto, e que não é um pormenor. E que muitos anos depois, deste executivo, isto já foi aqui referido várias vezes e não foi por nós, muitos anos depois o executivo continua a não cumprir a lei, neste aspeto. E num aspeto muito relevante, aliás, num aspeto determinante, porque sempre foi repetido aqui até à exaustão, que é política do executivo fazer as obras diretamente, como é que tendo isso como prioridade, não estabelece como prioridade estabelecer isto, para que no final das obras, saibamos, verdadeiramente, quanto é que elas custam. É verdade que o senhor presidente da Câmara, na reunião, diz que sabe mais ou menos quanto é que as coisas custam, apesar de esse sistema não estar implementado. Tudo isto é verdade. Agora, tem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

que, do posto de vista político, permitir que eu tenha esta intervenção, dizendo que todas as intervenções que vão fazer a seguir, sendo legítimas, porque são legítimas, porque os números são os números que são aí apresentados, mas na verdade, esses mesmos números estão contaminados, à partida. Mais, e já que estamos numa onda de metáforas, já empregamos aqui metáforas desportivas, metáforas médicas, se me permitem vou utilizar uma metáfora médica, que pode não ser muito feliz para o caso, mas de qualquer forma vou utilizar, é como alguém que vai ao médico fazer um *check-up* e todos os sinais estão ótimos. Tudo muito bem, mas detetaram lá uma coisa pequenina, que é silenciosa, que ainda não afetou os outros sinais, mas que vai rebentar com aquilo tudo ou já está a rebentar com aquilo tudo. Parece-me que é exatamente isto, aquele sinal pequenino, aquele pormenor que está ali, mas que contamina o grosso da despesa.» -----

----- Intervenção do Sr. Pedro Mendes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Antes de iniciar a minha intervenção, quero dizer ao senhor presidente da Câmara que a consideração que tem por mim, é mútua, também tenho consideração por si. Como já o referi, na altura da campanha eleitoral e como certamente saberá porque muitas vezes encontra-se com o meu pai, por pertencerem a ciclos de amizade comuns. Relativamente ao facto de dizer que me exaltei. Exaltei, é verdade, talvez não o devesse ter feito, mas quando colocam em causa, pontos que considero estar inerentes á minha capacidade profissional e académica, a situação é complicada. Estou a referir isto e vou voltar ao ponto. Em todos os manuais de finanças, em português, inglês, espanhol, francês e todas as línguas existentes no mundo, cujos manuais estão traduzidos, existe que, liquidez, é a capacidade de transformar um ativo em dinheiro. Logo como foi aqui dito, se a Câmara tem um problema de tesouraria porque não tem dinheiro suficiente mas tem muitas receitas por receber e pagamentos por receber, significa que não está a ser capaz de transformar esses pagamentos e estes ativos em dinheiro para fazer face às necessidades de *cash*, ou seja, voltamos ao mesmo. Mas relativamente às conclusões, estamos no mesmo ponto, a Câmara, aqui ressuscitei um problema financeiro, a coligação está de acordo, relativamente à questão do balanço, olhando, se quisermos chamar, para a relação do ativo com passivo e capitais próprios, reconhecemos qua a Câmara tem uma situação financeira razoável. A coligação também reconhece, ou seja, tirando a semântica, que foi aquilo que eu tentei dizer que o Partido Socialista gosta de discutir semântica, o que eu quis aqui dizer é, do ponto de vista da prática e da análise estamos no mesmo ponto. Agora olhando para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

execução orçamental e é aquilo que são os impactos para o futuro. Podemos concluir que na análise da execução orçamental de dois mil e quinze, se olharmos para as componentes correntes, receita e despesa, a execução foi positiva, uma vez que, esteve próxima do orçamentado, com desvios numa ou noutra rubrica, mas no grosso, foi positivo. Contudo se olharmos para as componentes, capital, notamos que a sua execução ficou abaixo do expectável, nomeadamente, nas receitas de capital, cuja execução ficou nos cento e cinco, ponto nove por cento, em cerca de dois terços. Eu gostava que o senhor presidente da Câmara nos esclarecesse, o porquê desta execução, abaixo do expectável. Passando para outro ponto, o saldo corrente, e aqui usando toda a despesa assumida no período, quer a paga, quer a não paga, o saldo ficou nos dois milhões e cento e cinquenta oito mil euros, arredondados, cerca de vinte por cento, acima, do estimado face ao orçamentado. Porém quando analisado face aquilo que foi orçamentado para o ano de dois mil e dezasseis, este saldo cairá doze ponto quatro por cento. Aqui a minha questão é, eu gostaria de saber se o orçamento dois mil e dezasseis, que foi apresentado na comunicação do senhor presidente da Câmara, ainda não reflete a execução orçamental de dois mil e quinze, e como tal o saldo está abaixo? Ou então, se no próximo ano, a Câmara terá um agravamento da sua situação corrente? E no sentido de perceber quais são os impactos da execução orçamental dois mil e quinze no próximo ano, levanto as seguintes questões, e são bastantes. Na receita corrente, verificamos, quer a rubrica dos impostos indiretos, quer a rubrica das taxas multas e outras penalidades, verificaram uma execução superior ao orçamentado em vinte e cinco por cento. Contudo no próximo ano o orçamentado está abaixo daquilo que foi a execução em onze, ponto oito por cento. Outra vez a pergunta é, como é que o senhor presidente da Câmara, agora, revê o previsto no orçamento do próximo ano, à luz destes novos dados? Passando para outro ponto, que é o ponto IMI. O valor obtido ficou abaixo, cerca dez mil euros, do previsto no orçamento. E considerando que para dois mil e dezasseis prevê que esta receita suba cerca de catorze mil euros, face aquilo que foi o executado no ano transato, ao mesmo tempo que houve uma redução da taxa em vigor e aplicou-se uma redução da taxa extraordinária, às famílias com três ou mais dependentes. O que eu pergunto é, o senhor presidente da Câmara revê a previsão da receita de IMI em baixa? Ou então, eu gostaria de perguntar onde é que vai buscar a receita para conseguir suprimir, quer a redução da taxa aplicada, quer os catorze mil euros que prevê aumentar, face aquilo que foi executado no ano anterior? Nos rendimentos de propriedade, a execução orçamental ficou nos quarenta e quatro, ponto quatro por cento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Eu pergunto o porquê? E de que forma é que prevê que a receita cresça um terço, no ano de dois mil e dezasseis, e quais são os fundamentos para tal perspectiva? Nas outras receitas podemos verificar que aquilo que prevê para este ano é exatamente igual ao que previu no ano passado. Contudo a execução nesta rubrica ficou apenas nos vinte ponto um por cento. Eu pergunto, o porquê da execução ter ficado apenas em vinte ponto um por cento? E de que forma prevê aumentar esta receita em cerca de quatro vezes, no ano de dois mil e dezasseis? Passando para as receitas de capital. A venda de bens, a sua execução ficou nos vinte e um, ponto três por cento. Eu gostaria de saber qual foi a razão e que efeitos terá na obtenção dos quinhentos e cinquenta mil euros, previstos para este ano? Ou seja a receita este ano vai ser superior à que foi orçamentada, visto que há uma transição da venda dos bens do ano passado para este ano. Ou então não terá qualquer efeito, gostaria de perceber. E por fim, nesta questão das receitas de capital. A execução dos passivos financeiros ficou nos vinte e oito por cento. Eu gostaria de perceber também qual foi a razão? Agora passando para a despesa corrente. E aqui considerando mais uma vez os valores da despesa assumida no período, as transferências correntes e subsídios, tiveram uma execução inferior ao orçamentado em dezassete ponto seis por cento e catorze ponto um em termos respetivos. Eu gostaria de perceber o porquê? E qual o impacto que esta informação terá no orçamento de dois mil e dezasseis? Ou seja no orçamento deste ano, também vai haver uma redução destas despesas, considerando nomeadamente nas transferências correntes, o valor orçamentado para este ano, é superior ao valor executado. Vai haver uma redução ou vai-se manter? Gostaria de saber, qual o efeito da execução do ano passado na execução do orçamento deste ano? E pergunto isto senhor presidente da Câmara, para percebermos, de que forma o orçamento vai ser executado este ano, a execução orçamental de dois mil e quinze, é por isso, provavelmente, a maior base para percebermos o que é que vai acontecer este ano. E com base na execução orçamental de dois mil e quinze, do ano transato, se transportarmos para a execução deste ano, podemos construir vários cenários hipotéticos e várias situações. Podemos construir dois cenários extremos: um cenário otimista, no qual se considera o maior valor entre aquilo que for o executado e o orçamentado na receita e o menor valor na despesa. Ou então, um cenário pessimista em que se faz um contrário, o menor valor na receita e o maior valor na despesa. Tendo estes dois cenários e analisando apenas o saldo orçamental corrente, no cenário otimista, o saldo corrente poderá crescer até trinta e um por cento, para dois milhões e oitocentos mil euros. E no cenário pessimista poderá cair quarenta e três por cento, até um milhão e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

duzentos mil euros. Temos aqui um milhão e seiscentos mil euros, de forma em que o saldo poderá variar, considerando aquilo que foi a execução do ano passado e os seus efeitos na execução deste ano. E assim as informações que solicitei ao senhor presidente da Câmara, são importantes para perceber de que forma o saldo orçamentado, neste ano, em termos de receitas correntes e despesas correntes, irá evoluir, e para qual destes extremos se aproximará. Gostaria ainda de colocar outra questão ao senhor presidente da Câmara, olhando para aquilo que foi a questão de tesouraria e de fluxos de caixa, verificamos que a Câmara verificou um défice, de cento e sete mil euros. Contudo se acrescentarmos aquilo que são as despesas, ainda por pagar, este défice dispara para os dois milhões e cento e setenta mil euros. Nem um vírgula quarenta e seis milhões de euros ou um milhão e quatrocentos e sessenta mil euros de receita orçamental, por cobrar, ajudam a cobrir a totalidade deste défice que fica nos setecentos e treze mil euros. E a minha pergunta final é, que medidas é que o senhor presidente da Câmara vai tomar, de forma a que no final deste ano, não se verifique outra vez um défice entre as receitas orçamentais totais, por cobrar e cobradas, e o total das despesas orçamentais assumidas, pagas e não pagas, referentes ao período em questão?» -----

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Dr. Filipe Barbosa vou desiludi-lo um bocado porque a minha intervenção não vai ser muito sobre números. Quero-lhe pedir desculpa, porque pensei que ainda era estudante, não sabia que estava licenciado. Mas o senhor é que provocou a minha resposta. Na reunião da Câmara Municipal de Lousada de dezoito de abril, disseram os senhores vereadores do PSD, referindo-se ao IMI: “independentemente da execução, nós tínhamos uma previsão que a execução, porventura, até poderia ser superior e o senhor presidente tinha uma visão mais pessimista, porventura, pelos dados que tinha que poderia ser menor”. Continuando a citar uma intervenção dos senhores vereadores do PSD: “Pelos dados constatamos que a situação ficou equilibrada...” E até felicitam os serviços que fizeram esta previsão. Não o executivo, é os serviços.” “... nós fizemos uma orçamentação de nove milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil e tal euros e foi executado nove milhões, seiscentos e oitenta e um mil e tal euros, a coisa está ela por ela, isto significa que futuramente podem tomar posições políticas em relação à receita do IMI.” Está ela por ela? Uma diferença para menos na receita, de cento e oitenta e quatro mil euros, coisa pouca, na opinião dos senhores vereadores do PSD, uma insignificância, cento e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

oitenta e quatro mil euros. Como seria uma gestão da Câmara Municipal de Lousada liderada por pessoas com este conceito de ela por ela, de coisa pouca, como seria? Mas e para além disso, o certo é que esses valores não têm nada a ver com a realidade. Pois o que foi orçamentado como receita para o IMI, foi dois milhões oitocentos e quarenta e seis mil, e não, mais de nove milhões oitocentos e sessenta e cinco mil, conforme dizem. E o executado foi, dois milhões oitocentos e trinta e seis mil, mesmo assim abaixo do orçamentado, conforme previa o senhor presidente. O abaixamento da taxa do IMI, prometido pelo executivo, para o mínimo legal em dois mil e dezassete, vai acontecer, sim, não ditado por um estado de demagogia ou populismo, mas exatamente como consequência de uma gestão responsável deste executivo, no que concerne à receita corrente arrecadada e à concessão de apoios, muito significativos, às famílias mais carenciadas, e às penalizadas pelas políticas de austeridade extrema promovida pelo governo anterior. O que permite ao mesmo tempo através do aproveitamento dos fundos europeus, a realização das obras necessárias e estratégicas para o nosso concelho, mantendo a situação financeira do município equilibrada. Mais à frente dizem: “Em termos de capacidade de endividamento a Câmara tem uma boa capacidade...” (ao menos reconhecem isso) “... mantém-se nos sessenta por cento, é uma boa capacidade de endividamento, (continuo a citar) mas tem uma dívida total de doze milhões e seiscentos e oitenta e quatro mil euros, também é normal dever dinheiro, não pode é ignorar a existência deste passivo e anunciar que tudo corre bem como se não existissem dívidas.” Mas senhores vereadores do PSD, o executivo nunca ignorou a dívida do município, nem nunca a tentou esconder ou dissimular, nem nas reuniões da Câmara, nem nesta Assembleia. A prova disso tem sido a sua explicitação em todos os documentos de prestação de contas apresentados ao longo destes anos todos. O que nós nos recusamos a aceitar é a ideia que os senhores têm tentado fazer passar, felizmente sem sucesso, até mesmo dentro da coligação, de que o valor da dívida total bruta traduz a situação financeira do município. O que nós dizemos é que esse valor da dívida total bruta só por si diz muito pouco. Senhores vereadores do PSD, vou mais uma vez, tentar deixar aqui essa ideia, bem clara. Aliás, nem deveria ser preciso, pois quando os senhores afirmam que sessenta por cento é uma boa capacidade de endividamento, daí deviam tirar a conclusão, de que a dívida total bruta do município proporciona uma boa situação financeira do município. Uma coisa é consequência da outra e vice-versa. Mas para que as coisas fiquem completamente clarificadas, vou-lhes tentar explicar, auxiliando-me dos dados de dois mil e catorze, pois não possuo os dados de dois mil e quinze



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

dos outros municípios. Sobre as dívidas totais brutas de municípios do Vale do Sousa, a dívida total em dois mil e catorze em Castelo de Paiva era de onze milhões e oitocentos e noventa e quatro mil e tal e a de Lousada era de catorze milhões e trinta e um mil. Segundo o raciocínio dos senhores vereadores do PSD, Lousada teria, então, uma situação financeira bem pior do que Castelo de Paiva, pois a sua dívida total bruta era maior, nessa altura, em cerca de dois milhões de euros. Nada mais falso. Pois o índice de dívida total em dois mil e catorze de Lousada foi de quarenta e dois vírgula cinco por cento. Posso informá-lo já que dois mil e quinze baixou para quarenta e um por cento, como poderão confirmar logo que a OTOC publique o respetivo anuário financeiro. E o de Castelo de Paiva foi de cento e sete vírgula dois por cento, isto é, uma dívida maior de Lousada tem um índice, e isso é que interessa para comparação da situação financeira, de quarenta e dois e meio. Castelo de Paiva com uma dívida menor bruta tem um índice de cento e sete vírgula dois por cento. E são estes rácios que permitem afirmar que a situação financeira de Lousada é boa, comparada com a dos outros municípios, tanto a nível nacional como a nível regional. Paredes tem um rácio de cento e catorze vírgula sete por cento. Paços de Ferreira tinha em dois mil e catorze, duzentos e dez vírgula nove por cento, contra, outra vez, quarenta e dois e meio de Lousada. Também devo fazer aqui uma nota, é que os concelhos de Paredes e Castelo de Paiva tiveram esta dívida com gestão de executivos do PSD e não com os atuais. E são este tipo de afirmações e atitudes dos senhores vereadores do PSD, que me levam a fazer esta pergunta: será por falta de cuidado, por ligeireza, isto é, no plano puramente político, que é para depois não ficarem como virgens ofendidas, como diz aqui o meu camarada de bancada, isto é no plano puramente político, por incompetência ou por manipulação ou por má-fé? Repito será por incompetência ou por má-fé? Das duas uma, como se costuma dizer, mas se me permitem, neste caso, eu diria das duas, duas.» -----

----- Intervenção do Sr. Pedro Mendes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Relativamente aquilo que é o relatório das contas das autarquias, publicado pelos técnicos oficiais de contas, eu vou falar aqui em termos pessoais, mas acho que sou acompanhado por todos os membros da coligação “Lousada Viva”. A situação financeira de Lousada é razoável e esse documento o refere. A Câmara não aparece em nenhum ponto, quer nos quadros a vermelho, onde estão as piores autarquias, mas também, não aparece em nenhum dos quadros a verde, onde estão as melhores autarquias. Ou seja, dos cinquenta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

melhores ou dos cem piores, Lousada está no meio. Relativamente ao documento de dois mil e catorze, a Câmara de Lousada não aparece citada em nenhum dos quadros referentes aos cinquenta melhores, em diversos critérios, não aparece citada nenhuma vez. Agora relativamente a isso aí reconhece, há uma análise da situação financeira nos últimos anos, como se não me falha a memória, foi no ano de dois mil e treze ou dois mil e doze houve uma redução do passivo, e no ano de dois mil e catorze, houve um ligeiro aumento do passivo, se não me falha a memória de quinhentos e tal mil euros, penso que posso estar enganado, estou a citar o documento, que já o vi há bastante tempo. Ou seja, isto aqui, confirma aquilo que a coligação vem a dizer, a situação financeira não é calamitosa, obviamente que não, senão, não se podia reduzir impostos e a coligação não teria capacidade de apresentar propostas para reduzir a fiscalidade. Mas também não é uma situação como outras Câmaras existentes no país, governadas por socialistas, por democratas cristãos ou populares, (que lhe queiram chamar) e por sociais-democratas. Existem bons e maus autarcas em todos os partidos. Eu posso dizer isso com à vontade, de quem faz parte de um partido, que teve aqui ao lado um concelho, com um presidente da Câmara, que não tenho problemas de chamar de vigarista, que foi o Avelino Ferreira Torres, do meu partido, que deixou a Câmara numa situação calamitosa. Mas também tenho uma das Câmaras que é constantemente citada como melhor exemplo financeiro que é Ponte de Lima, que é a única Câmara do CDS, que é governada em contínuo, desde as primeiras eleições livres. Por isso não tenho problemas em reconhecer uma situação e outra. Por isso eu reconheço que há câmaras socialistas bem geridas, há câmaras socialistas mal geridas, como há câmaras sociais-democratas bem geridas, mal geridas e houve câmaras do CDS mal geridas no passado e há câmaras CDS bem geridas no presente. Agora quando nós olhamos para a situação não podemos pintar uma figura, muito melhor do que é que é, mas também aqui ninguém diz que a situação é calamitosa, comparada com outros concelhos da região. E vamos olhar para os factos e os factos dizem isso, a situação financeira, é uma situação financeira confortável. A coligação tem prioridades e estratégias diferentes da gestão de orçamento legítimas e que submetemos a votos, e os lousadenses preferiram a vossa, mas nós não vamos deixar de aqui defender as opções que tiveram voto, também de muitos lousadenses, que merecem o respeito democrático e que a sua voz seja ouvida nesta Câmara.» -----

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Bom, se me diz que a coligação agora entende, que a situação é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

razoável, na altura acho que utilizou até a palavra confortável, já é um avanço. Porque não era assim. É o senhor que está a dizer, o PSD não disse isso, disse exatamente o contrário. E de facto tem razão, há Câmaras bem geridas do CDS, do PSD e há mal geridas. Por acaso as questões da dívida financeira no país, a maior parte, eram do PSD, mas não interessa, há boas gestões do PSD. E há boas gestões, mais no caso de Portugal, do PS nas Câmaras. Mas o que interessa aqui e pelas palavras que o senhor disse, na outra Assembleia e agora, podemos chegar à conclusão que reconhece que esta Câmara, é uma Câmara do PS bem gerida. Dos mapas de prestação de contas de dois mil e quinze, o balanço e demonstração de resultados podemos retirar as seguintes conclusões: o grau de execução da receita aumentou consideravelmente, sendo que também aumentou o da despesa, relativamente a dois mil e catorze, o que revela o cuidado na elaboração dos documentos previsionais. As vendas de bens e prestação de serviços aumentaram. Houve uma diminuição do valor das despesas com pessoal. Ligeira, mas houve, incluindo já, e disseram na intervenção dos senhores vereadores, que para o ano será pior, porque de facto, em dois mil e quinze houve uma reposição de uma pequena parte dos salários. E ainda bem que reconhecem que houve uma pequena reposição dos salários, por decisão governamental, mas até essa pequena reposição foi por impedimento através do Tribunal Constitucional. Portanto haverá mais reposições este ano, porque elas serão respostas num valor muito mais elevado. É de registar um grande aumento na aquisição de bens de capital, também nas transferências de capital para as freguesias. O valor do resultado operacional e do resultado líquido do período e dos rácios de rentabilidade aumentaram muito significativamente. Diminuíram, consideravelmente, os valores da dívida total, apesar da obrigatoriedade de neste ano e pela primeira vez, se inscrever nas dívidas de curto prazo o valor das faturas em receção e conferência e do valor a transferir para o FAM, nos próximos anos. Diminuíram ainda de igual forma, os valores dos empréstimos bancários, das locações financeiras e do acordo SUMA. Registe-se a variação positiva dos rácios da solvabilidade, bem como da autonomia financeira, assim como, a evolução favorável da estrutura dos capitais próprios. E capitais próprios não têm nada a ver com tesouraria nem liquidez. Os rácios da liquidez, embora afetados devido à necessidade de pagamentos, avultados, referentes às participações do município relativas aos centros escolares. Posso dizer que a receita obtida através do IMI, foi para pagar investimentos de capital, destas obras, porque há pelo menos uma obra, uma participação do Estado em regime de *overbooking* que ainda não veio o dinheiro. E há outras obras que também



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ainda não foram pagas. Também quero dizer que, em relação ao que disse, de algumas verbas que estavam previstas, não tiveram a sua realização correta, houve algumas diferenças. Posso-lhe dizer e tem que contar com isso, que o orçamento é feito em outubro e é previsto de acordo com aquilo que está pago, mas entretanto, entre outubro e dezembro, há despesas pagas que não podem ser previstas no orçamento, como transferências do Estado, por exemplo. E foi o que aconteceu exatamente em algumas rubricas. Embora isto aconteça, os rácios de liquidez, em trinta e um de Dezembro de dois mil e quinze, os rácios de liquidez garantem tudo aquilo que o executivo deve até ao fim de dois mil e dezasseis. Portanto é um ótimo rácio de liquidez. A execução no ano de dois mil e quinze do plano plurianual de investimentos, teve um aumento muito significativo, de vinte e nove vírgula oito por cento, para setenta e quatro vírgula oito por cento. Isto é um aumento de quarenta cinco pontos percentuais. Por todas essas razões e de acordo com o parecer do ROC – Revisor Oficial de Contas o grupo municipal do partido socialista vai votar favoravelmente pela aprovação dos referidos documentos.» -----

----- Esclarecimento do Sr. Vereador Agostinho Gaspar: «Senhor Presidente da Assembleia, desde já muito obrigado pela cedência da palavra. Pedi a palavra porque foi citado pelo senhor João Ferro, declarações minhas feitas, em reunião de Câmara, aquando a aprovação do relatório e contas, referente ao Ano de dois mil e quinze, concretamente no que concerne ao valor de receita de IMI. Em primeiro lugar gostaria de dizer ao senhor Ferro que ao chamar atenção do valor que referi, está a provar que não sou prefeito e que me engano como qualquer um, ao contrário do que disse o senhor Eduardo Vilar “Perfeito só o vereador Gaspar”, posto isto, devo esclarecer que efetivamente, por lapso, referi nove milhões e ... , quando na verdade queria dizer dois Milhões e ... O que se passou foi, que em reunião de Câmara, ao referir o valor de receita de IMI , por lapso, referi o valor de uma outra rubrica. E por isso declarei um valor errado, lapso este que não perceptível por nenhum dos presentes na reunião e que acabou por ficar registado em ata. Uma vez que a ata é manuscrita pelo resultado da gravação da reunião.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Pegando aqui neste aparte, já agora, o endividamento líquido é fundamental na minha ótica. Embora atualmente não é usado, era antigamente. Mas para termos uma noção mais real, da situação de uma Câmara ou o quer que seja, naturalmente que temos que ter por um lado, de analisar a dívida, mas por outro lado também



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

aquilo que se tem a receber. E depois não podemos confundir conceitos, não é ter uma expectativa para receber, é termos a certeza de que vamos receber. Por exemplo aquela questão dos fundos comunitários, a Câmara teve que adiantar dinheiro para fechar os processos na Comissão de Coordenação e na União Europeia. Tivemos que dar como concluídas todas as obras, quando inicialmente nós apresentamos as candidaturas, nunca nos passou pela cabeça que para além da componente nacional, ainda íamos ter que pôr lá os oitenta e cinco por cento para fechar o processo, antes de os receber. Não há uma expectativa de receber, temos a certeza que vamos receber. E lamentavelmente ao final de todos estes meses, quase um ano, ainda não recebemos. E porquê? Pelo que percebi há dias, foram dispensados onze técnicos da Comissão, agora há uns meses atrás. Eram trabalhadores que foram contratados para determinado projeto, foi o quadro comunitário que acabou, mas eu diria que enquanto ele não terminar, na verdade, ele só termina quando do ponto de vista da execução financeira estiver terminado, e não está, como é que foram dispensar esses técnicos. Também compreendo que não têm mãos a medir, neste momento, porque todos os municípios e todas as CIMs estão a pressionar a Comissão de Coordenação para trazer cá para fora todos esses processos e começar a libertar o dinheiro. Isto para dizer que há aqui a certeza de que estes valores vão ser recebidos. Depois há outras quantias que são diferentes, são classificadas, inclusivamente pelo POCAL, como dívidas de cobrança duvidosa. Por exemplo aquilo que está em execução fiscal, nós sabemos que há uma média sempre aceitável que se recebe e há sempre uma percentagem que poderemos não receber, mas isso é uma coisa completamente diferente. Depois relativamente ao IMI dizer que já o disse repetidamente, julgo que o deputado Dr. Pedro Mendes, eu confesso que fala muito depressa, não consegui, tomei algumas notas. Mas também lhe digo, mesmo que conseguisse tomar as notas todas, tinha, não sou ROC, sou presidente de Câmara, a minha explicitação e intervenção centra-se mais do ponto de vista político, embora cada vez mais, tenho de me aperfeiçoar e inteirar de alguns conceitos, e naturalmente que vou também dar algumas explicações, mas era humanamente impossível dar todas as resposta que solicitou. Se calhar nem um ROC, a não ser o ROC que viu as contas, caso contrário não conseguiria. Dizia eu que relativamente ao IMI, já o disse mais que uma vez, quando discutimos o orçamento, quando discutimos as taxas de IMI, há regras para a previsão de receita de IMI, e não só, de todas as transferências do Estado. É sempre em função da média dos últimos vinte e quatro meses. Eu dizia na altura que a minha expectativa não era igual à vossa, porque, não sei quem, nem interessa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

lembro-me de alguém dizer que a receita ia disparar, entretanto por força da avaliação geral da propriedade urbana, os prédios subiram exponencialmente o seu valor e portanto a receita ia disparar. E o que eu vos disse, os dados que eu tenho não vão nesse sentido, isso não é assim. E por isso é que eu fui cauteloso e em vez de ter reduzido logo no ano passado, em outubro último, para o zero, ponto três, disse-vos que não era prudente. Não podemos estar por um lado a chumbar ou votar contra orçamentos porque queremos mais recursos para isto, para aquilo e aqueloutro, para as Juntas, para o que quer que seja, e depois, não temos as receitas. É esse exercício de responsabilidade que temos de fazer continuamente. E por isso é que baixamos para os zero trezentos e vinte e cinco, e no fundo esta demonstração de contas vem demonstrar que este caminho gradual, que a Câmara tem feito de redução da taxa de IMI, está de acordo com aquelas que foram as nossas previsões. E portanto temos nessa perspetiva trilhado o caminho correto de responsabilidade, prescindindo de receita, em benefício dos nossos concidadãos que, ainda que as taxas fossem superiores, haveriam de pagar muito menos do que pagam nos outros concelhos. Eu repito, porque se se deram a esse trabalho de comparar os coeficientes de localização vão chegar à conclusão de que os prédios urbanos em Lousada são avaliados por valores muito inferiores, o que depois influencia, e de que maneira, o valor da taxa a aplicar. Aliás eu há dias fui abordado por um cidadão na rua que estava um pouco chateado porque ia pagar mais de IMI. E eu disse, impossível, não pode pagar mais de IMI. Vou pagar, veja aqui! E eu olhei, e quantas prestações pagou no ano passado, paguei três, este ano vai pagar duas. Aí, ainda bem, assim vou pagar menos de facto. Toda a gente vai pagar menos a não ser claro que o prédio tenha sofrido uma intervenção, uma ampliação. Agora todas as outras pessoas vão pagar menos, à medida que o tempo vai avançando. Depois dizer que pela primeira vez também, nós reduzimos em vinte por cento para os agregados com mais de três filhos, espero para o ano ter condições de ir mais além, porque a nossa expectativa é de descer para zero ponto três e vamos ver se temos margem também para dar esse benefício a todos os agregados com menos de três filhos. Depois uma das notas que aponteí, foi a questão da execução das receitas de capital, porque é que houve aquele diferencial. O senhor Ferro de algum modo já abordou essa questão. Há sempre aquele período de tempo entre a feitura do orçamento e o trinta e um de dezembro. Há entretanto receita que é arrecadada e que depois acaba por não se refletir no exercício seguinte e que contribuiu também um pouco para isso. Depois se se derem ao cuidado de verificar no mapa de execução do PPI, vão confirmar que quase todas as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

obras que foram objeto de candidaturas, foram adjudicadas por valores inferiores, aqueles que estavam inicialmente previsto. E portanto também aí há uma redução na execução e são cinquenta aqui, cem ali, tudo junto é um valor substancial. E depois também o facto de no final do ano termos um valor significativo para recebermos dos fundos comunitários, na ordem dos setecentos e cinquenta mil euros, que como eu disse, a esta data, ainda são cerca de seiscentos mil e que causam o tal transtorno de tesouraria. É dinheiro nosso, não dinheiro que temos a expectativa de receber, não, é dinheiro da Câmara que nós tivemos de adiantar para fazer face a um formalismo incompreensível, mas são as regras que nos impuseram, tivemos que fazer esse esforço. Depois relativamente à contabilidade analítica, ao dito centro de custos. Eu já o disse na reunião de Câmara vou repeti-lo aqui. Embora seja desejável concluir esse processo, estamos a trilhar esse caminho, enquanto o processo não estiver concluído o ROC vai fazer sempre essa referência. Mas lembro que as contas são enviadas para o Tribunal de Contas e não há problema nenhum nessa matéria, não é por isso que as contas ficam defeituosas. Agora se me perguntam se é desejável, se gostaria de ter já? Sim, é para isso que estamos a trabalhar. Mas é importante ter bem presente que nós sabemos quanto é que as obras custam. Eu já o disse na reunião de Câmara, toda a obra por administração direta é tratada como se fosse empreitada, com dossier de obra, os materiais e a mão-de-obra que são utilizados por administração direta, são desagregados pelos serviços municipais, constam desse dossier de obra como se de uma empreitada se tratasse. Esta metodologia permite-nos saber exatamente quanto é que cada uma dessas obras por administração direta nos custa. Depois dizer também que estamos a implementar, conforme disse na reunião de Câmara, um processo de desmaterialização de processos, que será muito determinante para nós concluirmos este processo da contabilidade analítica. Portanto, neste momento, há uma série de procedimentos que são efetuados na Câmara Municipal, por mim e por todos os funcionários que estão adstritos a esses circuitos, em que já não há papel. Estou a falar por exemplo das requisições, estou a falar das ordem de pagamento, da correspondência, estamos a dar passos muito significativos, tendo em vista essa transição. E que será depois determinante para concluirmos esse processo da contabilidade analítica. Eu diria, conforme disse a Dr^a. Cristina Oliveira na reunião de Câmara sobre o orçamento que, há uma nota de lançamento na prestação de contas, em que a mão-de-obra por administração direta que é utilizada é-nos fornecida para orientar o imobilizado em curso. Resumindo, apesar de formalmente o processo da contabilidade analítica não estar finalizado, nós sabemos, exatamente,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

quanto é que custa cada obra por administração direta. Depois em traços largos, congratular-me pela execução, quer do PPI, que aumentou consideravelmente e sabemos todos porquê, por haver um volume avultado de obras por fundos comunitários, os centros escolares, os equipamentos desportivos, a rede viária, subimos para setenta e quatro, ponto oito a execução do PPI. Ao nível de orçamento despesa, já no ano passado tínhamos tido uma boa execução, este ano subimos ainda mais. E eu aqui destacava o facto de termos uma execução de oitenta e seis, ponto nove nas despesas correntes, consequência de uma execução de noventa e seis, ponto dois nas receitas correntes. E isto é importante porquê? Permite-nos tirar duas conclusões, por um lado, o cumprimento das regras previsionais, porque ao nível da receita corrente e das despesas correntes, está muito próximo dos cem por cento. E por outro lado é uma nota que eu queria sublinhar, é o facto de continuarmos este caminho de financiar as despesas de capital por receita corrente. Por exemplo, no ano passado, quando tivemos que acudir àquele problema de ter que adiantar dinheiro para fechar os processos dos fundos comunitários, conseguimos afetar a verba do IMI para esse efeito, que é no fundo receita corrente. Outros municípios não sei como é que conseguiram, mas também, a nossa realidade foi diferente, porque somos dos poucos municípios com volume de obra tão grande na reta final deste quadro comunitário. Admito que outros não tivessem essa dificuldade tão grande como nós. Depois dizer que a diferença entre as receitas correntes e as despesas correntes continua elevada, superior a três, vírgula seis milhões de euros. A poupança corrente aumentou um milhão e noventa e sete mil euros. O peso da despesa com pessoal, já aqui foi dito, manteve-se em relação ao anterior, apesar do início da reposição salarial, este ano a influência vai ser maior ao nível da reposição. A cobertura das despesas pelas receitas internas e receitas próprias apresenta valores inferiores ao do ano anterior, em consequência do aumento muito considerável do recebimento dos fundos comunitários, mas matem-se a boa capacidade de gerar receitas próprias. Ou seja, apresentamos uma boa capacidade de financiamento interno e um grau de independência satisfatório. Vocês se, se derem ao cuidado de analisar os mapas ao nível da perda de despesa, perda de receita, vão verificar que por exemplo ao nível de água e saneamento, nós temos taxas de execução, em termos orçamentais, muito boas, e ao nível da receita, idem aspas. E portanto é aqui uma área que nós sempre defendemos, que fosse mantida na alçada do município, porque seria das poucas receitas próprias, com significado, que o município poderia ter no futuro, quando começassem a faltar os fundos comunitários. Depois relativamente aos rácios de liquidez



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

não vos vou maçar com isso porque o senhor Ferro já o referiu. Dizer apenas porque parece-me muito importante, relativamente à dívida de médio/longo prazo continuamos a reduzir, tal como tinha acontecido no ano anterior, e apesar de termos utilizado parte daquele empréstimo para os centros escolares, a dívida médio/longo prazo diminuiu novecentos e vinte e oito mil euros. A isto acresce o FAM, que passou a ser considerado dívida de médio/longo prazo. Temos uma capacidade de endividamento notável de sessenta por cento, se deduzirmos um vírgula cinco milhões de euros do empréstimo para a eficiência energética, para as luminárias LED, em teoria o município ainda tem capacidade para se endividar em mais dezassete vírgula cinco milhões de euros, que é de facto, na minha ótica, notável. Depois para concluir, o resultado do exercício muito superior ao de dois mil e catorze. Resultante em larga medida por proveitos extraordinários é certo, mas também se verificou um aumento muito significativo nos resultados operacionais. O que é sinal de uma situação económica sólida. Em conclusão o município continua a apresentar uma situação financeira perfeitamente equilibrada, apesar das limitações de tesouraria provocadas pelo atraso incompreensível no recebimento dos fundos comunitários, na presente data ronda os seiscentos mil euros. Depois relativamente àquelas questões que o Dr. Pedro Mendes colocou, como é que será depois o reflexo no orçamento de dois mil e dezasseis relativamente à execução de dois mil ... Na próxima Assembleia virá uma revisão do orçamento, por força da utilização do saldo de gerência, isso é normal, todos os anos acontece e depois faz-se esses acertos.» -----

----- De seguida foi posta á votação a proposta número um do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação dos documentos de prestação de contas do ano de 2015, conforme estabelece a alínea l), do número dois do artigo vinte e cinco e o número dois do artigo vinte e sete, da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, bem como a apreciação do certificado legal de contas e do parecer sobre as contas apresentado pelo revisor oficial de contas em cumprimento do número um e três do artigo setenta e seis da Lei nº 73/2013 de 03 de setembro” -----

--- A proposta número um foi aprovada por dezoito votos a favor e dezassete abstenções dos seguintes membros: António Carlos da Cunha Pacheco, Sandra Maria Leonor Pereira da Silva, Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto em substituição de Cristóvão Simão Oliveira de Ribeiro, Fátima Marisa da Silva Pereira, Virginia Luzia dos Santos Monteiro em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

substituição de João Pedro Bessa Pacheco Leite de Carvalho, Pedro Teixeira Mendes em substituição de Manuel Campos Sousa Neto, Cidália de Lurdes Pereira Neto, António Filipe Cardoso Barbosa, José Manuel Teixeira Gonçalves, Ana Sofia Martins Bessa, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Alberto Carlos Bessa de Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira, Carlos Pedro Teixeira Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, José Martins Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, João Fernando Pinto Magalhães, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas, José Oliveira Nunes presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais e Fausto Manuel da Costa Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvaes Pias Nogueira e Alvarenga. -----

----- TERCEIRO PONTO: Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais; -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se considerou apreciado o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação conforme estabelece a alínea l), do número dois, do artigo vinte e cinco da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

----- QUARTO PONTO: Lousada Séc. XXI – Relatório de Execução Orçamental e Financeira 2015; -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se considerou apreciado o Relatório de Execução Orçamental e Financeira 2015, conforme disposto na alínea e) do nº 1 do art.º 42º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 69/2015 de 16 de julho. -----

----- QUINTO PONTO: Lousada Séc. XXI – Instrumentos de Prestação de Contas -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «As minhas questões estão relacionadas com algumas das ênfases que o ROC colocou aqui. E a minha estupefação diante de alguma, assertividade diria, no modo como ele escreveu aqui algumas questões relativas a uma empresa municipal com uma administração e com um serviço administrativo. O ROC diz que foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

investido zero do que estava previsto em orçamento e depois, ele tem uma afirmação tão linear como esta, que é, “ Neste contexto, reiteramos a recomendação que vimos fazendo de forma continuada ao Conselho de Administração, nos nossos relatórios anuais, no sentido de que os instrumentos de gestão previsional sejam objeto de uma prévia ponderação e de preparação atempada, cuidada e rigorosa, de modo que os orçamentos apresentados sejam exequíveis, quer no que respeita aos ativos a investir, quer ao nível do seu financiamento. Relembramos, uma vez mais, que os instrumentos de gestão previsional devem constituir-se como uma importante ferramenta de gestão da empresa e não como um conjunto de documentos a preparar para mero cumprimento das disposições legais” As campanhas não tocaram quando o ROC escreveu isto relativamente à administração que lá está? Ele está a dizer que as pessoas fizeram os documentos previsionais a brincar, para cumprir a lei. É o que está aqui. E depois mais à frente ele acaba por dizer ainda coisas, (estou a citar o ROC) como “ verificamos que a informação de publicação obrigatória constante do nº 2 do artigo... não se encontra completa nem atualizada na presente data.... Relembramos, mais uma vez, que a empresa está obrigada à realização de procedimentos de contratação pública, pelo que recomendamos a observação estrita do Código dos Contratos Públicos na aquisição dos bens e serviços a ela sujeitos.” E ainda faz uma série, no ponto onze: “ Com a transferência do imóvel do complexo das piscinas para a propriedade do município, torna-se imprescindível a clarificação e a formalização, de forma objetiva, da relação contratual entre a edilidade e a empresa, nomeadamente quanto a poderes, direitos, obrigações e contrapartidas que a sustente juridicamente numa ótica de continuidade, tendo em consideração que, em nossa opinião, o contrato programa produz efeitos apenas a curto prazo.” É assim, há aqui uma série de questões que foram levantadas e que são muito pertinentes que eu gostava de ver esclarecidas.» -----

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Sem dúvida que as questões que levantou são de facto afirmações do ROC e têm a sua razão de ser, principalmente nos futuros anos, porque neste ano, chega-se a resultados bastante positivos na Lousada Séc. XXI. Muito rapidamente porque já é tarde e está tudo cansado e eu próprio também estou. A venda de serviços prestados aumentou e quero dizer que atingiu os cento e quatro mil novecentos e cinquenta e cinco euros. Os gastos com pessoal diminuíram. Os resultados operacionais e os resultados líquidos em dois mil e catorze que foram de cento e noventa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

euros noventa e oito, em dois mil e quinze são de sessenta e nove mil cento e catorze vinte e um. Portanto a empresa está no bom caminho é claro que tem algumas insuficiências de gestão, que provavelmente, serão resolvidas no futuro. Mas quero lembrar algumas posições do passado. Em dois mil e doze, o PSD dizia que a Lousada Séc XXI era uma empresa insolvente. Não, desculpe, uma empresa insolvente é aquela que não consegue cumprir os compromissos com os seus credores. Não, não era, desculpe. A Lousada Séc XXI cumpria os seus compromissos com os credores. E diziam que estavam em falência técnica, o que era também mentira. Porque uma empresa está em falência técnica quando o seu capital próprio é negativo. E o capital próprio da Séc. XXI nessa altura era quase dois milhões de euros. Portanto, duas mentiras, publicadas em jornais da região, no TVS e no Verdadeiro Olhar. Em que se provou na altura, porque depois de eu vos dizer isso, vocês nunca mais falaram em insolvência, nem falência técnica, nunca mais. A Lousada Séc XXI tinha de facto um problema, nessa altura, que era o imobilizado que estava em seu poder, entrava nas suas contas, e as amortizações eram bastantes elevadas, e de facto viriam a ter, no futuro, se nada fosse feito, um problema talvez de falência técnica, mas mais tarde, se continuasse tudo na mesma. Só que a Câmara adquiriu as instalações da Lousada Séc. XXI. E vocês diziam que isso era um artifício e que valia mais liquidar a empresa. E no final de contas, chegamos à conclusão que em dois mil e quinze os resultados da empresa são bastantes positivos. Portanto queria aqui congratular-me por dois motivos, primeiro pelo facto de este ano, pela primeira vez, a Lousada Séc. XXI apresentar os seus documentos de prestação de contas na mesma altura que a Câmara. E quero-me congratular da decisão que a Câmara teve, na altura, em que permite que a Lousada Séc XXI seja uma empresa, depois de resolvidos todos os problemas que foram citados, seja uma empresa que presta um serviço fundamental à juventude do nosso concelho e que tem, de facto, futuro.» -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Eu em determinado momento fiquei confuso com aquilo que o senhor Ferro veio aqui dizer. Congratular-nos pela Lousada Séc. XXI entregar os documentos na mesma altura. Eu fiquei confuso, porque a administração da Lousada Séc. XXI não funciona em regime de voluntariado, pois não? Nem em part-time? Aquilo é uma empresa municipal que gere milhões e que tem contas a apresentar, documentos e legislação a cumprir. É que parece que nos estamos a congratular, pela associação desportiva ali do lado, ter cumprido com uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

obrigação legal. E depois ficou aqui uma outra questão em aberto, que o ROC também diz, a Câmara Municipal de Lousada não só teve de comprar o edifício como em determinado momento como o ROC diz teve que fazer uma transferência para que as coisas ficassem bem, porque ele diz, “... foi deliberado pela Câmara Municipal de Lousada, na reunião de sete de abril de dois mil e quinze, a realização de uma transferência financeira, de vinte e oito mil setecentos e vinte e três euros e vinte e cinco cêntimos, para a cobertura do resultado líquido negativo do exercício de dois mil e catorze, cuja ata suportou a contabilização do acréscimo de rendimentos que equilibrou o resultado do exercício, dando assim cumprimento à obrigação imposta pelo número dois do artigo quarenta da lei cinquenta de dois mil e doze de trinta e um de agosto. A referida transferência, nos termos do citado artigo, foi efetuada em vinte e nove de maio de dois mil e quinze, cumprindo o prazo no mês seguinte ao da apreciação das contas pela assembleia geral da empresa. Face à publicação da lei cinquenta dois mil e doze de trinta e um de agosto foi solicitado um parecer jurídico ao qual em síntese, sustenta a opinião de que a contagem do prazo de três anos para efeitos de preenchimento de requisitos da alínea d) do número um do artigo sessenta e dois conjugado com o número quatro do artigo setenta que impõem a dissolução das empresas locais quando se verificar que nos últimos três anos o resultado é negativo reportar-se-á ao ano de dois mil e doze ou seja que este deve ser considerado no período dos últimos três anos.” Ou seja, se não fosse esta transferência no ano de dois mil e quinze como ele acaba por concluir, “... considerado o teor do referido parecer e os resultados líquidos obtidos a continuidade das operações da empresa não estará posta em causa no pressuposto de se confirmar correta a conclusão vertida no nosso parecer jurídico.” Por isso, vir aqui dizer que nós dissemos que a empresa estava insolvente, quando na verdade a empresa, não fossem tomadas uma série de medidas excecionais, como a compra do edifício e a transferência, a empresa estava insolvente. Nem a coligação está contra a compra do edifício, nem a transferências de verbas para a Lousada Séc XXI, empresa municipal, que presta um serviço social de grande valor ao município. Eu estou contra ou estou pelo menos perplexo com a forma cristalina como o ROC apresenta aqui uma série de questões, desculpem, o ROC disse que andaram a brincar aos orçamentos. Ele disse, está aqui, é o que ele diz. E não me parece bem que nós deixemos passar isto em claro, independentemente do serviço público que a empresa presta, independentemente dos resultados que a empresa tem, e que são positivos relativamente ao ano anterior, mas há uma série de incumprimentos, incumprimentos graves que não podem deixar de ser referidos nesta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Assembleia.» -----

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «O senhor desculpe mas continua naquela tática da confusão de conceitos. Eu não disse que a Lousada Séc XXI não apresentava contas. Eu disse que pela primeira vez apresentou as contas, nesta altura, juntamente com as contas da Câmara. Porque as contas da Lousada Séc XXI foram sempre apresentadas, e nós tivemos os documentos posteriormente. Em relação às afirmações, a questão é a seguinte, os senhores diziam que a empresa estava insolvente, em vinte e quatro do dois de dois mil e doze. Não estava, porque uma empresa insolvente é quando deixa de cumprir os seus compromissos. E a Lousada Séc XXI nessa altura nunca deixou de cumprir os seus compromissos. Uma empresa em situação de falência técnica é uma empresa em que, quando o seu capital próprio é negativo. Tinha nessa altura um capital próprio de dois milhões de euros. Portanto não estava em falência técnica nem estava insolvente. A Câmara tomou de facto as medidas corretas para que de futuro, ao transferir o capital do resultado negativo, porque havia uma lei que na sua terceira revisão impunha, dizia, que depois de três anos consecutivos de resultados negativos, a empresa podia ter que ser liquidada e ser internalizada, a Câmara fez exatamente o que tinha a fazer para que isso não acontecesse. E não aconteceu. E felizmente há muitas dezenas de milhares de crianças que continuaram a ter os serviços da Lousada Séc. XXI e felizmente chegamos a dois mil e quinze com uma situação económica e financeira bastante segura, neste momento. As críticas que o ROC fez são de facto reais e corretas mas são críticas que podem ser completamente ultrapassadas, no futuro.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Bom, eu começava a minha intervenção por dizer que “a montanha pariu um rato”. Nós perdemos este tempo todo a discutir o quê? A discutir seis mil setecentos e cinquenta euros de previsão orçamental, ou seja, no orçamento da Séc. XXI estava previsto investir seis mil setecentos e cinquenta euros em investimento, a empresa teve uma execução zero porque não investiu. Qual é o problema? Ainda bem que não gastou. E não gastou porque quer eu quer o senhor vereador estamos constantemente a dizer ao conselho de administração que temos de poupar. A empresa municipal Séc XXI pertence à Câmara integralmente e portanto se a Câmara está a poupar, a empresa também tem de poupar. Naturalmente que houve uma previsão orçamental porque se necessário fosse teria de haver despesa, conseguiram passar o ano sem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

executar esta despesa, não executaram e bem. Qual é o problema? Este ROC gosta de escrever, escreveu, fica ao critério dele. Isto é grave? Não. Isto é positivo, a empresa poupou. Nós sempre dissemos que a empresa era viável, sempre dissemos que o problema que a empresa tinha era influenciada, como disse e bem o senhor Ferro, pelo facto do capital social ser exagerado, uma vez que na altura, quando a empresa foi constituída, decidiu-se que o imóvel faria parte do capital social e depois as amortizações influenciavam, e de que maneira negativamente as contas. Entretanto a lei que regula as empresas municipais, foi alterada, e dizia, se a memória não me atraiçoa, que todas as empresas municipais que gerassem por dois ou três exercícios contínuos prejuízos tinham se ser extintas. Aí sim, sou a dita campainha, nessa altura sim. E fizemos uma coisa que já podíamos ter feito até mais cedo e essa questão nem se colocava, foi reduzir o capital social, não foi venda. Nós não compramos o imóvel, reduziu-se o capital social, se a memória não atraiçoa, ficou numa quantia simbólica, cinquenta mil euros ou o que quer que foi. Depois para fazer o encontro de contas houve necessidade do município entregar um prédio rústico temos ali junto ao complexo e resolveu-se o problema. Qual é a questão? Depois aqui o senhor Revisor Oficial de Contas cisma aqui numa questão que eu já falei com ele sobre isto, os nossos serviços jurídicos também são da mesma opinião, isto é uma falsa questão. Ou seja neste momento, acha o senhor Revisor Oficial de Contas que a qualquer momento pode estar em causa o futuro da empresa porque a qualquer momento a Câmara vai dizer não vão utilizar mais o espaço. Só se estivéssemos doidos, se a empresa é municipal, se somos nós que queremos que seja a empresa a gerir as piscinas, está aqui em causa o futuro da empresa a continuidade da empresa, é preciso fazer aqui um contrato a longo prazo. É um formalismo parvo.» -----

----- Deram-se por apreciados neste quinto ponto os instrumentos de prestação de contas do exercício de 2015, conforme disposto no nº 1 do art.º 42º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 69/2015 de 16 de julho.-----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Intervenção do Sr. Pedro Jesus: «Senhor presidente, eu pedi para falar, sobre o seguinte. Já diversas vezes falei com o senhor, inclusivamente já estive no seu gabinete consigo e de seguida fui transferido para falar com a senhora vereadora. Falei com a senhora e entretanto fomos encaminhados



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

para uma técnica do serviço social. E até agora não obtive qualquer tipo de resposta sobre o assunto que lá foi tratado. E o assunto é o seguinte, conforme eu disse encontro-me desempregado há quatro anos. Tenho tido trabalhos aqui no concelho de Lousada sazonais, precários, onde em muitos casos e alguns casos aconteceu que tive que recorrer judicialmente para poder ter acesso às minhas remunerações, porque essas mesmas entidades passavam e passaram cheques sem cobertura. Mas o pior não será isto, o pior é que neste momento, eu encontro-me a residir em união de facto com uma menina que está aqui presente, basta olhar e verificar que é doente, e é a única que tem algum rendimento. Rendimento esse de trezentos e cinquenta e cinco ponto vinte. Pago de renda de casa trezentos e cinquenta euros. A criança menor que nós temos de vinte meses, está junto dos avós, por esses mesmos motivos, onde houve a intervenção da CPCJ. O serviço social tem acesso a todas as nossas documentações e inclusivamente a vários pedidos do serviço social. Tudo que é documentação nós trazemos. É verdade que a senhora vereadora tem-se empenhado em nos poder ajudar e querer ajudar-me a nível de trabalho, mas claro que possivelmente se calhar não está nas mãos dela, o poder de me dar essa possibilidade de trabalhar. Mas o que é certo é que, se nós temos um serviço social que naquilo que eu estive aqui a ver, e que realmente, pelo menos o que se disse aqui é que funciona. Não estou a ver, pois já vai há quatro anos que eu estou a precisar de ajuda e até agora, zero. No que diz respeito, no dia em que estive com o senhor presidente, o senhor presidente encarecidamente contactou com a senhora vereadora e até hoje, nada. E é assim. Agora pergunto a qualquer pessoa que está aqui, quem é que é capaz de levar a sua vida em frente e digna, como qualquer cidadão e ser humano, com trezentos e cinquenta e cinco euros, ponto vinte, onde a renda de casa será de trezentos e cinquenta? Mas temos mais, o ser humano não pode viver sem água, sem luz e sem gás.» -----

----- Intervenção do Sr. Alberto Barbosa: Senhor presidente da Assembleia Municipal senhor presidente da Câmara Municipal, vereadores comunicação social se efetivamente estiver presente. Ser ingrato ou não eis a questão. E às vezes as ingratidões fazem doer muito. E eu que o diga. Quando em mil oitocentos e noventa e oito nascia no lugar do Vale, Nespereira Lousada, um senhor de nome António Barbosa e após os seus catorze filhos, um deles ser o mais novo o Alberto, estaria longe de imaginar que quarenta e dois anos depois da revolução dos cravos, eu ainda pudesse estar aqui neste local, olhos nos olhos, com os políticos que ao longo dos tempos têm sido a voz do povo e os seus defensores. Esta é a sala



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

da democracia de Lousada, como tantas outras por este país, onde nem sempre os nossos representantes julgaram bem, para uns, julgaram bem para outros, e porque agradar a gregos e troianos, isso ninguém o conseguiu, também não é o senhor presidente da Câmara que vai mudar as coisas. Deram-me cinco minutos eu vou tentar gastar só quatro, um ficará para a próxima intervenção. O meu pai foi um defensor da natureza, criado de servir, jornaleiro cantador ao desafio, jogador de pau e um homem do folclore. Não é fácil o seu filho carregar tudo isto às costas para continuar a ter Lousada no coração, tal e qual como a família Barbosa, que não são de Beire, são Barbosas de Nespereira. Daqueles fontanários que foram limpos pelo meu pai, quer o do Vale, quer o do Outeiro e outros, para não falar do da Boavista, precisam de outro asseio. Estamos a chegar ao 1º de Maio e o 1º de Maio é uma data histórica para muitos, seria bom que a Rua 1º de Maio em Nespereira, tivesse outro asseio. Eu meto uma cunha, que alguém limpe que não sejam os cantoneiros da rua ter que o fazer. Porque parece-me que quando os responsáveis pela União de Freguesias de Nespereira e Casais chegam àquela rua, ela é tão estreita, tão estreita que não param por ali e seguem sempre em frente. A crítica quando é construtiva é ótima e quando é feita com educação então a conversa é outra. E porque eu sou um homem de folclore, recebi um telefonema no passado domingo de alguém de Oliveira de Azeméis, que me dizia, oh! Barbosa dos ranchos, tantos carros da Câmara de Lousada aqui no recinto de Fátima, há assim tanto folclore em Lousada? Eu disse, há pouco e bom. E porque o Barbosa, o Alberto tem uma visão para o futuro, sou futurista, porque é olhando para ontem que hoje podemos pensar no futuro, vou deixar aqui algumas dicas e espero que Lousada seja pioneiro no que vos vou apresentar de seguida, quer à oposição quer ao poder. No próximo dia quatro de maio o Alberto Barbosa com um saco vermelho e preto vai entrar no hospital de São João para uma intervenção de risco ao coração e o saco diz, Lousada Séc. XXI, vá lá, parece que posso ir com ele porque há alguma dignidade nesse saco parece que estamos todos de acordo. E porque estou a negociar com as agências funerárias de Lousada o meu funeral, faço-vos um repto, lanço-vos um pedido, que seja Lousada o primeiro concelho do distrito do Porto ou do Tâmega e Sousa a ter o seu forno crematório, porque eu quero ser cremado. Podia acabar como poesia, é outro pedido que vos faço, se algum dia for possível a Câmara Municipal de Lousada patrocinar um livro dos poetas amadores, que nunca tiveram possibilidade de o fazer, o filho de António Barbosa também é poeta, e então, prefiro não recitar poesia porque hoje a poesia fica de lado. A todos, desejo as maiores felicidades, porque tenho amigos na oposição, tenho amigos no poder. E fiquei feliz, por afinal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

até a oposição se absteve em algumas votações, não é uma crítica, mas as melhores críticas são aquelas que se fazem, não com humor, mas com sentido de ... Eu espero que depois do quatro de maio, eu sei que irei regressar, porque tenho dez anos para viver e espero ter a próxima intervenção aqui nesta sala da cultura de Lousada. Bem hajam a todos, até logo.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Relativamente à situação do senhor Pedro de Jesus. É verdade o que o senhor disse falou comigo encaminhei-o para a senhora vereadora que por sua vez o encaminhou para os serviços. Eu iria passar a palavra à senhora vereadora para poder dar mais explicações. Sendo certo que nesta matéria nós temos que ser sempre muito comedidos nas palavras porque estamos também sujeitos a um dever de sigilo, mas aquilo que a senhora vereadora puder acrescentar. Não me parece que este seja o fórum próprio para o efeito, um eventual atendimento presencial, poderiam ser dados esses esclarecimentos. Mas aquilo que a senhora vereadora puder acrescentar.» -----

----- Resposta da Sr^a. Vereadora Cristina Moreira: «O que eu posso dizer é que realmente temos de continuar a fazer um esforço para encontrar uma solução. Há soluções que são até muito rápidas, nós temos tido casos de pessoas que procuram emprego e chegam aqui numa quarta-feira que é o dia em que eu faço o atendimento e na semana seguinte já tem colocação. E temos pessoas que demoram alguns anos, tem a ver com características próprias, tem a ver com a sorte de encontrar o empresário certo. O senhor Pedro de Jesus já foi a uma série de entrevistas, foi encaminhado, inclusive, pessoalmente por mim, e realmente não tem conseguido. O que é que eu lhe posso dizer, é um infortúnio, sobretudo porque temos aqui também uma questão de doença da companheira e que neste momento também não é fácil encontrar emprego para a senhora. São duas pessoas desempregadas no mesmo seio familiar. Nós temos tido toda a atenção mas como devem calcular isto também depende de terceiros. As questões ligadas com as crianças e com a doença são questões que me ultrapassam a mim e ao senhor presidente, porque ficam muito no foro técnico. E quer queiramos quer não, o nosso poder fica à porta, daquilo que depois a retidão do técnico. Temos que perceber que há questões que são muito complexas e que os técnicos têm de fazer uma ação igual para todos, tem a ver com a parte deontológica deles, tem a ver com a retidão da sua atitude profissional e também a tem a ver com *timing* e com a quantidade de processos que temos neste momento. Para além disso senhor presidente também posso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

dizer que este será um dos casos que foi encaminhado para a Lis, a equipa técnica está neste momento a estudar centenas de casos novos que recebeu e são apenas cinco técnicos. E é natural que haja aqui um pequeno atraso. Mas no que diz respeito à situação em si ela é complexa. Agora vamos nós ver as coisas do ponto de vista daquilo que é o funcionamento de uma intervenção social, seja ela da Câmara, seja de uma IPSS ou do próprio sistema nacional da segurança social. Muitas vezes a delicadeza e o grau de complexidade dos casos em si não se compadecem com uma solução certa e pronta. Nós estamos aqui a falar muitas vezes de processos que por infortúnio, por azar da vida, que nós não sabemos explicar, nem todos os casos que entram na ação social, seja de onde for, têm solução. Infelizmente tomara eu solucionar todas, mas realmente há questões que nos ultrapassam a todos. Nós temos questões que têm a ver com questões de retaguarda familiar, têm a ver com os perfis das pessoas, personalidade, problemas de doença, em que quando a família e o próprio não consegue arranjar uma solução, entra a ação social, mas mesmo assim, nós não conseguimos emendar aquilo que às vezes o infortúnio da vida dá às pessoas. Agora uma coisa lhe prometo e o senhor presidente sabe que isso é verdade, quer a equipa técnica da Câmara Municipal, quer toda a equipa técnica do serviço social de Lousada, fazem um esforço muito grande por solucionar, são ótimos técnicos, todos eles, é uma equipa fantástica e faz realmente um esforço muito grande, mas nem sempre as coisas funcionam. O que é que eu lhes posso prometer é continuar o nosso trabalho e tentarmos encontrar uma solução. Sim, tem tido apoio e inclusive neste momento tem tido um orçamento para uma ajuda técnica. Agora em questões de alimentação, por exemplo, temos de ver a questão da capitação. E por incrível que pareça, realmente o senhor Pedro Jesus diz e todos nós concordamos, trezentos e cinquenta e cinco euros, não é nada. Mas o que nós temos neste momento, para capitação, para as nossas ajudas no que diz respeito à alimentação, tem a ver com capitações abaixo de cem euros. Como veem duas pessoas trezentos e cinquenta e cinco já ultrapassa. Agora vão dizer, isto é possível? É. O rendimento social de inserção, cada pessoa recebe cento e setenta euros e com cento e setenta euros tem de pagar uma renda, tem de pagar água, luz, comer e ter despesas para a saúde. Por isso o que nós estamos aqui a dizer é que nós não podemos, só pelo facto de ser pouco, nós temos que usar a mesma métrica que usamos para toda a gente, é por capitação. Agora não haja dúvida que o problema maior que está aqui é um problema de emprego. O senhor Pedro Jesus tem de ter emprego. Não é uma questão de subsídio ou de ajuda. É de emprego, tendo emprego está o problema resolvido. Vamos fazer um esforço, senhor Pedro Jesus é o que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

eu posso prometer.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara (continuação): «Relativamente à intervenção do senhor Barbosa, queria desejar-lhe boa sorte, seguramente que havemos de o ver aqui, muitas mais vezes, o senhor ainda é muito jovem para ter outras experiências e experimentar crematórias. Relativamente à parte inicial da intervenção, a questão da limpeza de ruas, quer a questão de fontanários, vou transmitir ao senhor presidente de Junta que já não está cá, o seu alerta. E no dia quatro de maio vai correr tudo bem seguramente.-----

----- Faltou à sessão o seguinte membro: -----
----- Armando da Costa Silva presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) -----

----- Passou-se de seguida à discussão e votação da ata minutada que fica apensa a esta ata e que foi aprovada por unanimidade de trinta e um votos.-

----- Não participaram na votação os seguintes membros: António Carlos da Cunha Pacheco, Fátima Marisa da Silva Pereira, Alberto Carlos Bessa de Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira e José Oliveira Nunes presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais. -----

----- Eram uma hora e catorze minutos quando foi dada por encerrada a sessão.-----

A MESA

